

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Instituto de Ciências Agrárias**  
**Curso de Graduação em Administração**

Kayo Vinicius Dutra Monção

**DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO: Estudo da distribuição da  
geração de riqueza das empresas do Índice de Consumo da Bolsa de Valores do Brasil  
no período de 2019 a 2021**

Montes Claros  
2024

Kayo Vinicius Dutra Monção

**DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO: Estudo da distribuição da geração de riqueza das empresas do Índice de Consumo da Bolsa de Valores do Brasil no período de 2019 a 2021**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao curso de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais – *Campus* Regional Montes Claros, como requisito parcial para o grau de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Handerson Leonidas Sales

Montes Claros  
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Instituto de Ciências Agrárias**  
**Curso de Graduação em Administração**

**DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO: Estudo da distribuição da geração de riqueza das empresas do Índice de Consumo da Bolsa de Valores do Brasil no período de 2019 a 2021**

Kayo Vinicius Dutra Monção

Trabalho de Conclusão de Curso II aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos membros:

Profa. Me. Lucineia Lopes Bahia Ribeiro – ICA/UFMG

Prof. Me. Elcio da Silveira – ICA/UFMG

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and lines, positioned above a horizontal line.

Prof. Dr. Handerson Leonidas Sales - Orientador ICA/UFMG

Montes Claros-MG, 26 de junho de 2024

*Dedico a Deus pela graça concedida em cada passo, e à Nossa Senhora pela poderosa intercessão e amparo nos momentos de incerteza. À minha família, pelo apoio constante e incondicional, e aos amigos, pelo companheirismo e encorajamento.*

*Ad maiorem Dei gloriam. Totus Tuus.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus e à Nossa Senhora Aparecida por me guiarem em cada passo da minha jornada. Agradeço também à minha amada família: minha mãe, Doralice, pelo seu incansável esforço e dedicação em ensinar, educar, corrigir e se entregar absolutamente aos seus, deixando-me como legado sua fé, correção e firmeza; minhas irmãs, Marisilvia e Pollyana, por seu amor incondicional, apoio constante e por sempre acreditarem em mim. Além delas, faço memória ao meu querido pai, Otacílio, já falecido, exemplo de homem obstinado, corajoso, sábio, servidor e dedicado, que construiu relações duradouras e profundas das quais muito me orgulho.

Gostaria também de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Handerson Leonidas Sales. Sua orientação e apoio foram inestimáveis para o meu crescimento acadêmico, bem como os valores que demonstra como professor e ser humano, sempre atento ao próximo e consciente de seu papel formador diante de tantos que, assim como eu, tiveram a honra de aprender com ele em nossas trajetórias de vida. Agradeço também a todos os professores do curso de Administração do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, que contribuíram para a minha formação e me inspiraram com seu conhecimento e dedicação. É um grande orgulho poder fazer parte de uma instituição tão importante e transformadora para o nosso Brasil.

Por último, mas não menos importante, quero expressar minha gratidão aos meus amigos e colegas que estiveram ao meu lado em cada etapa desta jornada. Dividimos momentos especiais e desafiadores, e desejo que estes momentos se tornem um elo permanente de nossa amizade. Agradeço também a todos os meus familiares pelo seu amor e apoio. Cada um de vocês desempenhou um papel crucial na pessoa que me tornei hoje, e sou eternamente grato por isso.

"Uma economia que não se preocupa com justiça social é uma economia que condena os povos a isso que está acontecendo no mundo: uma brutal concentração de renda e de riqueza, o desemprego e a miséria. [...] Uma economia que diz que primeiro tem de estabilizar, depois crescer, e depois distribuir é uma falácia. Não estabiliza, cresce aos solavancos e não distribui".

(Tavares, 1995)

## RESUMO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é uma importante fonte de informação sobre o valor adicionado e a distribuição dessa riqueza gerada pelas empresas aos seus agentes econômicos, além de ser um instrumento usado em muitos estudos para demonstrar a contribuição socioeconômica das empresas para sua região. Este estudo teve por objetivo analisar o comportamento da distribuição de riqueza das Sociedades Anônimas que compõem o Índice de Consumo (ICON B3) da bolsa de valores no Brasil, através da DVA nos anos de 2019 a 2021, período compreendido pela pandemia de COVID-19. Para tanto, a amostra analisada constitui-se de empresas listadas na bolsa de valores B3, pertencentes ao Índice de Consumo (ICON B3). Os dados foram tratados por meio do software Microsoft Excel® e foi aplicado o Teste-t para verificar se houve alterações significativas entre as médias da DVA entre cada ano subsequente do período analisado, em cada categoria dos agentes econômicos constituintes da DVA. Os resultados mostraram não haver diferença estatisticamente significativa na distribuição de riqueza observada na comparação anual para cada categoria da DVA. Esses dados sugerem que, apesar do contexto desafiador causado pela crise sanitária, onde se observou um impacto negativo em indicadores socioeconômicos como o PIB e o nível de desocupação da força de trabalho brasileira, as companhias de capital aberto não alteraram significativamente suas abordagens de distribuição de riqueza durante o período analisado.

Palavras-chave: Demonstração de Valor Adicionado; Distribuição de Riqueza; Pandemia; Bolsa de valores; Agentes Econômicos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Participação dos setores econômicos no PIB brasileiro.....	19
Gráfico 2 - Participação dos Empregados na DVA.....	29
Gráfico 3 - Participação de Impostos, Taxas e Contribuições na DVA .....	32
Gráfico 4 - Participação da Remuneração de Capitais de Terceiros na DVA.....	35
Gráfico 5 - Participação da Remuneração de Capitais Próprios na DVA .....	38
Gráfico 6 - Médias obtidas para cada categoria da DVA em cada ano do período analisado..	39

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas para categoria Pessoal .....	27
Tabela 2 - Estatísticas para categoria Impostos, Taxas e Contribuições .....	31
Tabela 3 - Estatísticas para categoria Remuneração de Capitais de Terceiros.....	33
Tabela 4 - Estatísticas para categoria Remuneração de Capitais Próprios .....	36
Tabela 5 – Teste-t duas amostras para a categoria Pessoal .....	40
Tabela 6 – Indicadores macroeconômicos com impacto sobre a oferta de emprego e poder de compra .....	41
Tabela 7 – Teste-t duas amostras para a categoria Impostos, Taxas e Contribuições .....	43
Tabela 8 – Teste-t duas amostras para a categoria Remuneração de Capitais de Terceiros.....	46
Tabela 9 – Teste-t duas amostras para a categoria Remuneração de Capitais Próprios.....	49

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CSSL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DFP	Demonstrações Financeiras Padronizadas
DRE	Demonstração de Resultados do Exercício
DVA	Demonstração de Valor Adicionado
EBITDA	Earnings, Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBrX 100 B3	Índice Brasil 100
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICON B3	Índice de Consumo
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas
ISS	Imposto sobre Serviços de qualquer natureza
JCP	Juros sobre o Capital Próprio
MP	Medida Provisória
NBC TG 09	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral 09
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
RAIS	Relação Anual de Serviços Sociais

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Distribuição de riqueza demonstrada pelo valor adicionado.....	14
2.2 Mercado de trabalho no Brasil e sua participação na geração de riqueza .....	17
2.3 Caracterização do setor de serviços no Brasil .....	19
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 Caracterização da pesquisa.....	23
3.2 População e amostragem .....	24
3.3 Coleta de dados.....	24
3.4 Análise de dados.....	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	27
4.1 Análise dos dados de estatística descritiva .....	27
4.1.1 Estatísticas descritivas para categoria Pessoal.....	27
4.1.2 Estatísticas descritivas para categoria de impostos, taxas e contribuições.....	31
4.1.3 Estatísticas descritivas para categoria remuneração de capitais de terceiros .....	33
4.1.4 Estatísticas descritivas para categoria remuneração de capitais próprios.....	36
4.2 Resultados e interpretação do Teste-t para duas amostras .....	38
4.2.1 Interpretação do Teste-t para a categoria de pessoal .....	39
4.2.2 Interpretação do Teste-t para a categoria de impostos, taxas e contribuições.....	42
4.2.3 Interpretação do Teste-t para a categoria remuneração de capitais de terceiros .....	45
4.2.4 Interpretação do Teste-t para a categoria de remuneração de capitais próprios.....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	51
REFERÊNCIAS .....	53
APÊNDICE A – Modelo I - Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral .....	59
APÊNDICE B – Subsetores das empresas componentes do ICON B3 que compuseram a amostra deste estudo.....	60

## 1 INTRODUÇÃO

A publicação e divulgação de informações contábeis configura-se num instrumento que auxilia no cumprimento de uma das funções essenciais da contabilidade de demonstrar os fatos ocorridos nas empresas. A comunicação de tais fatos para os usuários da informação contábil tem sido notavelmente importante para os *stakeholders* envolvidos diretamente e indiretamente na tomada de decisões, como sócios, credores e governo e empregados.

Uma dessas informações corresponde a geração de riqueza ocorrida nas organizações corporativas através do relatório de Demonstração de Valor Adicionado (DVA). Esse relatório complementa e explana os fatores de produção usados na geração de riqueza das companhias e como se deu a partilha dos resultados entre os agentes econômicos envolvidos (Cosenza, 2003).

A Lei 6.404/1976 (Brasil, 1976), conhecida como Lei das S.A. não estabelecia a obrigatoriedade da DVA, para todos os tipos de sociedades anônimas. A redação da referida legislação foi alterada pela Lei 1.638/2007 (Brasil, 2007), que inclui a DVA no rol das demonstrações obrigatórias para as sociedades anônimas de capital aberto, e com isso tal demonstração assume importância econômico-social, haja vista que usuários da informação contábil, como trabalhadores, gestores e a comunidade como um todo podem melhor avaliar o impacto das atividades das organizações no ambiente em que estão inseridas, proporcionando perspectivas diferentes sobre os investimentos dessas entidades. Dada a relevância das informações contidas na DVA, sua divulgação, mesmo que não obrigatória a todas as empresas, já é realizada por companhias de capital aberto, cumprindo a Lei 11.638/2007 (Brasil, 2007), como forma de compor o Balanço Social e expor seu valor para a sociedade.

Tradicionalmente, as empresas eram percebidas pela sociedade apenas por sua função econômica, ou seja, pela busca pelo retorno dos investimentos realizados e a oferta de produtos e serviços a preços lícitos e com a devida qualidade (Cunha, 2002). Porém, perante a sociedade contemporânea, essa função apresenta-se subdimensionada, uma vez que é crescente a noção de que a produção das firmas se dá em uma relação de trocas provida pela comunidade, envolvendo fatores humanos e ambientais. Atualmente, as empresas são vistas como entidades que compartilham as responsabilidades sociais com outros entes como o Estado e comunidade, tipicamente colocado como o provedor do bem-estar da sociedade, que, no mundo globalizado, ultrapassa fronteiras territoriais.

Neste panorama globalizado a pandemia causada pela disseminação do vírus *SARS-CoV-2*, que provocou a doença chamada de *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19) acabou

por afetar a capacidade das companhias de gerar o retorno esperado aos diversos agentes econômicos com que elas se relacionam. Para Nasciutti (2020), os efeitos gerados pela COVID-19 têm repercussão em todas as dimensões e níveis sociais, incluindo as empresas e as relações de trabalho. A crise sanitária global causada pela pandemia e seus desdobramentos econômico-sociais repercutiram negativamente nas economias nacionais e no desempenho das empresas.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, primeiro ano da emergência sanitária, a economia brasileira recuou 3,9%, recuperando o fôlego apenas no ano seguinte com crescimento de 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Vários setores da economia brasileira também tiveram desempenho oscilante durante os anos de 2020 e 2021. Com isso, torna-se necessário o estudo sobre a distribuição de riqueza gerada pelas empresas diante do cenário adverso exposto acima.

Assim, o presente estudo se propõe a explorar se a distribuição da riqueza do setor de comércio e serviços sofreu mudanças entre os agentes de recebimento dessa distribuição. A investigação sobre o comportamento da distribuição de riqueza no presente estudo não é aleatória, mas baseia-se i) na relevância da temática da distribuição e apropriação de riqueza pelos agentes econômicos, a partir da qual estudos como Cosenza (2003), Cunha, Ribeiro e Santos (2005), Scherer (2006) entre outros abordaram a importância da DVA para mensurar e informar sobre a distribuição de riqueza; ii) no contexto extremamente desafiador imposto pela recente pandemia de COVID-19 e os impactos sobre o desempenho econômico-financeiro das empresas no país e; iii) no reflexo conjunto dos fatores anteriores sobre os componentes da distribuição de riqueza (pessoal, governo, capitais de terceiros e capital próprio). Portanto, este estudo pode contribuir para entender as possíveis variações na repartição de riquezas entre os componentes da DVA, tendo em vista o período analisado e suas particularidades.

Portanto, o presente estudo norteou-se pela seguinte pergunta: a distribuição da riqueza do setor de comércio e serviços sofreu mudanças entre os agentes de recebimento dessa distribuição? Para tal, estabeleceu-se como objetivo geral analisar o comportamento da distribuição de riqueza das Sociedades Anônimas que compõem o Índice de Consumo (ICON B3) da bolsa de valores no Brasil., através da DVA nos anos de 2019 a 2021, compreendidos entre a pandemia de COVID-19. Subsidiando o alcance do objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: levantar dados da Demonstração de Valor Adicionado das empresas listadas na bolsa de valores brasileira, a B3, e pertencentes ao Índice de Consumo (ICON B3) no período de 2019-2021; analisar o comportamento da distribuição da riqueza nas

empresas analisadas; identificar ações realizadas pelas companhias, governo e instituições financeiras durante o período da pandemia.

Este estudo é composto por cinco seções. Além desta seção introdutória, será apresentada, a seguir, a fundamentação teórica da pesquisa, aprofundando-se acerca da conceituação da Demonstração de Valor Adicionado, o mercado de trabalho no Brasil e sua participação na geração de riqueza. Posteriormente, apresentar-se-ão os procedimentos metodológicos adotados no estudo, tais como a caracterização da pesquisa, população e amostragem, instrumento de coleta de dados e técnicas de análise de dados. Por fim, os resultados empíricos serão apresentados e discutidos à luz da teoria e considerações finais serão tecidas, com a apresentação de sugestões de estudos ulteriores.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Distribuição de riqueza demonstrada pelo valor adicionado

O objetivo da publicação de informações contábeis é fornecer conhecimento da situação econômico-financeira de uma determinada organização a todos os interessados em tais informações. Por sua vez, os usuários externos demandam cada vez mais informações que, além de medir o desempenho econômico, também explicam como as organizações se relacionam com a sociedade, seja na forma responsável de consumir insumos e eliminar desperdícios, ou no bom tratamento e retribuição de seus colaboradores, em responsabilidade social corporativa, entre outros requisitos (Moreno *et al.*, 2019).

A produção de riqueza pelas empresas é um assunto importante para as economias nacionais, bem como a forma como tal riqueza é avaliada e distribuída. Nesse sentido, a Demonstração de Valor Adicionado se constitui como um instrumento contábil que visa informar dados financeiros e ao mesmo tempo auxiliar a apontar como as empresas, enquanto entes sociais, contribuem para o desenvolvimento da sociedade, informando aos usuários externos o valor da riqueza criada e como essa riqueza é distribuída entre seus diversos *stakeholders* (funcionários, governo, financiadores externos e acionistas).

Frequentemente os resultados financeiros alcançados por uma empresa são auferidos por meio da Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), destacando o resultado líquido do exercício social daquela companhia. A apresentação da DVA se coloca, então, como uma opção mais abrangente para evidenciar não somente a distribuição do lucro gerado, mas a efetiva participação dos agentes econômicos no processo produtivo, mostrando a parcela de impostos pagos ao governo, o pagamento de juros aos credores externos, as remunerações pagas aos funcionários e os lucros e dividendos devidos aos sócios e acionistas.

No Brasil, a Lei 6.404/1976 (Brasil, 1976), conhecida como lei das sociedades anônimas, cunhou a obrigatoriedade das demonstrações contábeis a serem apresentadas pelas empresas constituídas em sociedades por ações. Dentre essas demonstrações obrigatórias encontram-se, por exemplo, a já citada Demonstração de Resultados do Exercício, o Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, entre outras. No entanto, a referida lei ainda não incluía no rol de tais demonstrações a Demonstração de Valor Adicionado que somente tornou-se obrigatória às companhias de capital aberto por meio da Lei nº 11.638/2007 (Brasil, 2007). Para os *stakeholders*, as informações contidas na DVA auxiliam a mensurar a

contribuição da entidade na formação do Produto Interno Bruto do país e o valor agregado aos insumos transformados e em seguida comercializados pela empresa (CFC, 2023).

Os estudos sobre a DVA no Brasil contribuíram para que esse relatório contábil se tornasse um instrumento relevante para as empresas e a sociedade, permitindo compreender como a riqueza gerada pelas companhias é distribuída entre os agentes envolvidos na sua formação. Nesse sentido, alguns autores foram pioneiros ao tratarem do tema no Brasil, ainda antes da sua obrigatoriedade pela Lei 11.638/2007, e, na verdade, embasaram as discussões que culminaram na referida legislação. Santos (1999) cita os trabalhos de Eliseu Martins, João Eduardo Prudêncio Tinoco, Márcia Martins Mendes De Luca e Sérgio de Iudícibus no aperfeiçoamento da Demonstração do Valor Adicionado, como uma ferramenta capaz de fornecer informações tanto macroeconômicas, como a mensuração do PIB, quanto outras análises sobre o papel das empresas na sociedade.

Nesse sentido, o próprio trabalho de Santos (1999), utilizando-se de método empírico-analítico, é tido como referência ao elaborar um modelo de DVA submetido a diversas empresas e demonstrar a capacidade desse instrumento contábil de gerar informações significativas sobre a geração do valor adicionado, sua distribuição e o papel das companhias na sociedade.

Portanto, verifica-se a importância da Demonstração de Valor Adicionado frente às demonstrações tradicionais como uma maneira das empresas demonstrarem seu foco na responsabilidade social, indo além dos objetivos financeiros. Nas palavras de Santos (2003, p. 35) *apud* Batista (2018), a DVA “deve ser entendida como a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade.”

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é uma ferramenta contábil que fornece informações sobre a riqueza gerada por uma empresa e como essa riqueza é distribuída entre seus *stakeholders*. A DVA é semelhante ao cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), mas a principal diferença é que a DVA é baseada na receita e o PIB considera o momento da produção. O lucro gerado pela empresa é apenas um componente da geração de riqueza explicada pela DVA, que envolve a parcela de riqueza gerada para todos os beneficiários do funcionamento da empresa, incluindo a função social da organização com o desenvolvimento da sociedade. Através da DVA, é possível avaliar a eficiência da empresa na geração de valor e na distribuição desse valor entre os diferentes grupos envolvidos (Moreno *et al.*, 2019).

Desde dezembro de 2007, as empresas de capital aberto são obrigadas a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado, conforme determinado pela Lei nº 11.638/2007 (Brasil,

2007), o que contribui para melhorar a medição entre os agentes econômicos. No Brasil, a DVA é normatizada pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral 09 (NBC TG 09) do Conselho Federal de Contabilidade, com base no Pronunciamento Técnico 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis de 2008, sendo a versão vigente da norma de 2023. O regramento estabelece como objetivo da demonstração "evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período", bem como estabelece que "A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas". A DVA deve, portanto, ser elaborada de forma clara e objetiva, utilizando uma linguagem acessível aos usuários das demonstrações contábeis e destacando as informações mais relevantes para a tomada de decisão.

A forma como é evidenciada essa distribuição de riqueza na DVA detalha elementos que incluem: remuneração direta e benefícios para os funcionários, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros, como juros e aluguéis, e remuneração de capitais próprios, como juros sobre o capital próprio e dividendos. Os valores relativos aos lucros retidos e prejuízos do exercício também são incluídos. Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP) devem ter o mesmo tratamento que os dividendos em relação ao exercício em que devem ser imputados (CFC, 2023). Com base na Demonstração de Valor Adicionado (DVA), os grupos beneficiados são: Governo; Funcionários; Acionistas; Financiadores Externos e Sociedade.

A DVA permite que o Governo tenha acesso às informações sobre os tributos, impostos e contribuições pagas pelas empresas, facilitando o controle fiscal e permitindo que as autoridades fiscais avaliem a contribuição da empresa para o desenvolvimento do país; para os Funcionários a DVA permite que tenham acesso às informações sobre as remunerações e benefícios concedidos pela empresa, bem como sobre os programas de participação nos lucros e resultados, favorecendo a transparência e a justiça no relacionamento com os colaboradores; para os Acionistas a DVA oferece informações sobre o valor adicionado gerado pela empresa, permitindo que os acionistas avaliem o desempenho da empresa em relação aos seus investimentos, além de permitir que os acionistas avaliem a distribuição dos resultados e a remuneração dos acionistas; para os Financiadores Externos a DVA apresenta informações importantes sobre a remuneração de capitais de terceiros, permitindo que os financiadores externos avaliem a capacidade da empresa de honrar seus compromissos financeiros, além de permitir que esses investidores avaliem a rentabilidade dos seus investimentos na empresa; e

por fim, para a Sociedade a DVA apresenta informações importantes sobre a contribuição da empresa para a sociedade, por meio de programas de responsabilidade social, geração de empregos, pagamento de impostos e investimentos em desenvolvimento tecnológico e infraestrutura, permitindo que a sociedade avalie o papel da empresa no desenvolvimento econômico e social do país.

Portanto, a Demonstração do Valor Adicionado desempenha um papel fundamental ao fornecer informações relevantes e abrangentes sobre a geração e distribuição da riqueza pelas empresas. Ao ir além dos objetivos financeiros e incluir aspectos de responsabilidade social e contribuição para o desenvolvimento da sociedade, a DVA se destaca como uma ferramenta contábil que pode refletir o compromisso das organizações em relação aos seus *stakeholders*.

Através da DVA, os usuários externos podem avaliar não apenas o desempenho econômico das empresas, mas também compreender como elas se relacionam com a sociedade e contribuem para o crescimento econômico nacional. Com a sua obrigatoriedade para as empresas de capital aberto, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/2007 (Brasil, 2007), a DVA pode fortalecer a transparência e a prestação de contas, ao permitir uma análise mais abrangente e informada da criação e distribuição de valor.

## 2.2 Mercado de trabalho no Brasil e sua participação na geração de riqueza

O mercado de trabalho brasileiro, vem enfrentando os impactos das oscilações da sua economia nos últimos anos. A partir de 2004 até 2014 houve um período de dinamismo caracterizado por altas taxas de emprego, aumento da renda e melhoria nas condições de vida dos trabalhadores. Essa fase foi impulsionada por políticas públicas de expansão da demanda, como a valorização do salário-mínimo. No entanto, a crise econômica e política a partir de 2014 trouxe uma série de desafios, com aumento do desemprego, informalidade e queda do rendimento médio do trabalho. Essas mudanças afetaram os trabalhadores de forma diferenciada, mas estudos destacam o papel crucial do salário-mínimo na redução da desigualdade de renda (Saboia *et al.*, 2021).

Este tópico tem como objetivo analisar as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro ocorridas em período recente, com foco nas mudanças do emprego, precarização do trabalho e os impactos da tecnologia na empregabilidade.

Ao longo da última década, a de 2000, o mercado de trabalho no Brasil passou por significativas transformações, impulsionadas por uma série de fatores econômicos, sociais e

tecnológicos. Essas mudanças trouxeram novos desafios e oportunidades para os trabalhadores, impactando a dinâmica do emprego, a qualificação profissional e as relações de trabalho.

Entre 2004 e 2014, o Brasil experimentou um período de prosperidade no mercado de trabalho, com aumento de ocupações, rendimentos e salários, redução da informalidade e ampliação da proteção social. No entanto, a partir de 2014, houve uma mudança radical nessa trajetória. Houve uma diminuição na geração de empregos, um aumento contínuo da taxa de desemprego, saldos negativos na criação de empregos formais e uma queda nos rendimentos reais devido à alta taxa de inflação. Diversos setores foram afetados, e as perspectivas econômicas para os próximos anos são desfavoráveis, com previsão de recessão e agravamento do desemprego. Essa situação tem impactos negativos significativos para os trabalhadores e suas famílias, resultando em desalento, sofrimento e condições de trabalho precárias (Lúcio, 2015).

A partir de 2015, o mercado de trabalho no Brasil passou por mudanças significativas, marcando um ponto de inflexão. A taxa de desemprego aumentou continuamente refletindo a recessão econômica do país, indo de 6,8% no final de 2014 para 11,9% no final de 2015 e continuou a subir em 2016, atingindo 12,7% no final do ano. O PIB brasileiro contraiu cerca de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016. Houve uma redução do poder aquisitivo dos trabalhadores e o desemprego afetou de forma desigual diferentes grupos: passou a ser maior entre as mulheres, para aqueles com 50 anos ou mais e mais intenso entre os trabalhadores com menor escolaridade e os chefes de família. Os setores mais afetados foram o trabalho doméstico, a construção civil e a indústria, enquanto outros setores tiveram aumentos menos acentuados na taxa de desemprego. O período, portanto, foi marcado por um aumento significativo do desemprego no Brasil metropolitano, impulsionado pela recessão econômica e afetando de forma desigual diferentes segmentos da população trabalhadora (Pochmann, 2015).

Saboia *et al.* (2021) apontam que, a economia brasileira experimentou um período de crescimento sólido entre 2004 e 2008, com uma média anual de quase 5% do PIB. Após a crise global em 2009, iniciada no mercado imobiliário dos Estados Unidos, o governo implementou políticas de estímulo para impulsionar o crescimento, resultando em um crescimento do PIB de 7,5% em 2010. No entanto, essas políticas não foram suficientes para manter o crescimento nos anos seguintes. Entre 2011 e 2014, o crescimento desacelerou para uma média anual de 1,8% e o país enfrentou uma grave crise em 2015 e 2016, com uma redução acumulada do PIB de 6,8%. A partir desse ponto, o crescimento foi limitado, com uma média anual de cerca de 1,5% nos anos de 2017, 2018 e 2019. A crise desse período é complexa, pois não é apenas resultado

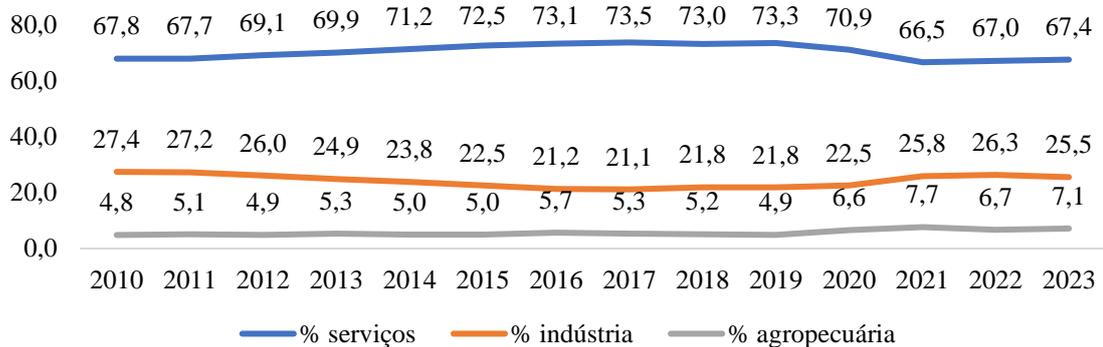
do comportamento da economia interna, mas também de sua interação com a economia global e fatores políticos internos como o *impeachment* da presidente Dilma em agosto de 2016.

### 2.3 Caracterização do setor de serviços no Brasil

O setor de serviços no Brasil é um dos pilares da economia, representando uma parcela significativa do PIB. Este setor é diversificado e abrange uma ampla gama de atividades, desde o comércio varejista e atacadista, passando por serviços financeiros, até a prestação de serviços em educação e saúde.

O IBGE (2023) caracteriza o setor de serviços como marcado por uma grande diversidade em termos de tamanho das empresas, salários médios e uso de tecnologias. Nos últimos anos, as atividades que formam este setor têm se sobressaído pela sua vitalidade e por sua participação cada vez maior na economia brasileira.

Gráfico 1 - Participação dos setores econômicos no PIB brasileiro



Fonte: Elaboração própria, com dados do PIB do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, coletados na plataforma Ipeadata (2024).

O Gráfico 1 denota a participação dos setores econômicos no PIB brasileiro entre 2010 e 2023 e, a partir do que é apresentado, verifica-se a grande participação do setor de serviços na economia, representando mais de dois terços da riqueza gerada no país durante. Além disso, o setor de serviços responde por um percentual crescente do estoque de empregos formais no país, chegando a 56% dos empregos celetistas e estatutários no ano de 2022, segundo dados da Relação Anual de Serviços Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho (2024). A evolução da participação no PIB e no número de empregos é um sinal das transformações ocorridas ao longo

dos anos nos segmentos do setor de serviços, advindas do aumento da complexidade e produtividade desse setor.

O setor de serviços foi historicamente visto como um setor que agrega menos produtividade e inovação na economia comparado, por exemplo, com o setor industrial. No entanto, essa visão alterou-se ao longo das últimas décadas em razão de alguns fatores, como a globalização da economia, a maior demanda por serviços especializados destinados aos consumidores individuais e, sobretudo, corporativos, e o desenvolvimento tecnológico, especialmente de softwares e telecomunicações (Silva; De Negri; Kubota, 2006). Freire (2006, p. 108) destaca que “a partir dos anos 1970, a crescente divisão técnica do trabalho, a progressiva concentração de capital, a expansão de mercados, o desenvolvimento das tecnologias da informação, as mudanças no ambiente institucional (regulação, competitividade e estruturas de gestão)” foram fatores que também influenciaram a mudança na percepção acerca da importância do setor de serviços.

Ainda sobre as mudanças no setor de serviços, especialmente sobre a produtividade, Silva, Filho e Komatsu (2016), utilizando dados da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do IBGE, com foco no período entre 2007 e 2013, analisaram indicadores de crescimento do número de empresas, número de pessoal ocupado e a relação entre a evolução da produtividade e das remunerações e salários do setor de serviços e seus segmentos. Os autores constataram, para aquele período, um crescimento de 58% no número de empresas e de 50% no pessoal ocupado. Constataram ainda grande heterogeneidade entre os segmentos do setor, sendo os mais intensivos em conhecimento, capital e tecnologia, como serviços de informação e comunicação e atividades imobiliárias, aqueles que apresentaram níveis mais elevados de produtividade.

Além da heterogeneidade do setor de serviços quanto à produtividade observada em seus diversos segmentos, o seu desenvolvimento ao longo dos anos ocorre de modo diferente em diversos países e localidades. Sobre esse assunto, De Souza, Bastos e Perobelli (2011) conduziram um estudo avaliando as múltiplas tendências no desenvolvimento do setor terciário em países desenvolvidos e em desenvolvimento entre os anos de 2000 e 2005. Comparando Brasil, Estados Unidos e Reino Unido, os autores verificaram que o consumo final ainda é o fator chave para explicar a expansão dos serviços e constataram uma maior integração intersetorial dos serviços com a indústria e agropecuária nos Estados Unidos e no Reino Unido. No entanto, para o caso brasileiro, o estudo mostrou um aumento na produtividade do trabalho dos serviços para quase todos os seus setores, enquanto houve queda na produtividade da indústria e agropecuária. Os setores “serviços de transporte, armazenagem e comunicações” e

“serviços prestados às empresas” no Brasil apresentaram um crescimento maior que nos outros países estudados. Portanto, pode-se inferir que o desenvolvimento dos serviços envolve tanto a qualificação da mão de obra para se alcançar maiores níveis de produtividade quanto a inter-relação com outros setores produtivos que demandam serviços cada vez mais especializados.

Além das diferenças de composição do setor de serviços entre os países, cumpre evidenciar sua organização e distribuição territorial pelo Brasil. Nesse sentido, Domingues *et al.* (2006) analisaram a articulação do setor de serviços ao nível municipal e sua relação com a base produtiva. Os autores verificaram uma concentração dos serviços, sobretudo nas áreas metropolitanas e capitais, em todos os estados, maior até do que a da indústria, respondendo por 81% do valor agregado de serviços e da massa salarial. O estado de São Paulo concentrava 45% dos serviços nacionais, sendo 34% apenas na capital. Dados da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) para 2021 mostram que a concentração regional ainda é uma característica do setor e que a região Sudeste do Brasil ainda detém a maior parte da receita bruta de serviços (65,1%), seguida das regiões Sul (14,7%), Nordeste (9,8%), Centro-Oeste (7,8%) e Norte (2,7%) (Poder 360, 2023). Domingues *et al.* (2006, p. 226) ainda observam que “as grandes aglomerações de empresas de serviços são diversificadas e articuladas com segmentos específicos da indústria, em particular os setores difusores de tecnologia. Logo, somente um grupo seletivo de empresas articula-se com uma oferta diversificada de serviços”.

Ao longo das últimas duas décadas, a participação dos segmentos e atividades de serviços também mudou. A PAS para o ano de 2021 mostrou que “Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio”, “Serviços profissionais, administrativos e complementares” e “Serviços de informação e comunicação” concentravam 75% das receitas dos serviços (Agência IBGE Notícias, 2023). As atividades ligadas ao transporte passaram a representar a maior participação na receita de serviços, ao passo que, em 2007, o segmento de “Serviços de informação e comunicação” se mostrava majoritário. Outro segmento destacado pela PAS foi “Serviços profissionais, administrativos e complementares”, concentrando 74,7% das 1,5 milhão de empresas prestadoras de serviços e 43,5% do pessoal ocupado do setor. Quanto ao salário médio, a pesquisa mostrou uma queda de 2,3 para 2,2 salários mínimos entre 2012 e 2021, sendo os maiores salários pagos no segmento de “Serviços de informação e comunicação”.

Observa-se, portanto, que as discussões sobre o setor de serviços, por vezes também referido como setor terciário, envolvem diversos fatores tanto inerentes ao setor, como a heterogeneidade dos segmentos e sua interrelação com os demais setores da economia, quanto

fatores macro, como o crescimento econômico e as disparidades regionais e locais. Nesse sentido, o setor tem passado por transformações relevantes percebidas por meio da sua importância em indicadores como PIB e geração de empregos. O uso intensivo de conhecimento e tecnologia também têm desempenhado um papel crucial na transformação deste setor, com o surgimento de novos modelos de negócios impulsionando e dinamizando seu crescimento, enquanto ainda enfrenta desafios para qualificar a mão-de-obra e aumentar a sua produtividade. Portanto, para que o setor de serviços possa contribuir ainda mais para a economia brasileira, é necessário abordar esses desafios por meio de reformas estruturais e investimentos em capacitação e infraestrutura.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Caracterização da pesquisa

Quanto à natureza, esta pesquisa pode ser classificada como aplicada, que pode ser definida como aquela que possui um propósito prático e tem sua motivação essencialmente derivada da necessidade de solucionar problemas concretos (Vergara, 2016). O caráter aplicado da pesquisa se evidencia no contexto desta pesquisa, uma vez que se busca fazer uma análise do comportamento da distribuição de riqueza de Sociedades Anônimas de capital aberto no Brasil, das companhias de prestação de serviço, através DVA. no período da Pandemia e sua influência na participação da classe trabalhadora.

A abordagem do trabalho pode ser caracterizada quantitativa, o que significa traduzir ideias e informações em números para classificação e análise utilizando recursos estatísticos para investigar as relações de causa e efeito entre os fenômenos e as variáveis escolhidas (Zamberlan *et al.*, 2019). Uma vez que o objetivo deste estudo é analisar o comportamento da distribuição de riqueza das Sociedades Anônimas que compõem o Índice de Consumo (ICON B3) da bolsa de valores no Brasil, serão aplicadas técnicas da estatística descritiva para organizar, sintetizar e propiciar um interpretações sobre o conjunto de dados, como a correlação de Pearson.

Esta pesquisa pode ser classificada quanto aos objetivos como descritiva, visto que busca expor as características do objeto de estudo correspondente ao comportamento da distribuição de riqueza de Sociedades Anônimas no país através da variável de distribuição de valor adicionado a cada participante que serão analisadas fazendo-o, neste caso, por meio dos dados obtidos através dos relatórios das demonstrações de valor adicionado das empresas analisadas (Vergara, 2016).

Em relação aos procedimentos técnicos, esta pesquisa pode ser classificada como bibliográfica pois fará uso de materiais já publicados relacionados ao tema que constituem o embasamento teórico para fundamentar a abordagem do assunto, bem como de referência para interpretação dos resultados encontrados após o tratamento e análise dos dados. O estudo também pode ser caracterizado como documental, visto que fará uso de relatórios de demonstrações financeiras já publicadas pelas empresas que constituem a amostragem em análise. Além disso, esta pesquisa poderá ser usada como base para outras discussões sobre o tema (Lakatos; Marconi, 2021; Vergara, 2016).

### 3.2 População e amostragem

A amostra será composta por empresas não-financeiras e que não sejam constituídas com a exclusiva finalidade de exercer participação em outras empresas (*holdings*) com ações negociadas na B3, a bolsa de valores brasileira, e com sede no Brasil, que tenham publicado suas demonstrações financeiras no período analisado. Inicialmente, foram identificadas 186 empresas com as demonstrações financeiras publicadas das quais se pode extrair a demonstração de valor adicionado para o período analisado (2019-2021).

Farão parte da amostra as empresas cuja atividade principal seja a prestação de serviços e comércio, conforme a classificação setorial efetuada pela B3. Tais empresas encontram-se agrupadas em diversos segmentos de atuação. Neste caso, a técnica de amostragem a ser adotada é não probabilística em que os elementos selecionados são aqueles considerados mais representativos da população almejada e que atendam aos critérios já mencionados (Vergara, 2016).

### 3.3 Coleta de dados

Inicialmente, as empresas selecionadas para este estudo foram selecionadas a partir do Índice de Consumo da B3, composto por 72 empresas. O índice de consumo da B3, é um indicador importante da saúde econômica do país. Ele mede o desempenho médio das ações das empresas mais representativas do setor de consumo, levando em consideração fatores como vendas de bens duráveis e não duráveis, serviços e varejo. O aumento no índice de consumo pode ser interpretado como um sinal de que os consumidores estão confiantes na economia e estão dispostos a gastar mais. Por outro lado, uma diminuição no índice pode indicar que os consumidores estão economizando mais, o que pode ser um sinal de incerteza econômica. É importante notar que o índice de consumo é apenas um dos muitos indicadores que os investidores usam para avaliar a economia. Outros fatores, como taxas de juros, inflação e níveis de emprego, também desempenham um papel crucial (B3, 2023).

Ressalta-se que o ICON B3, conforme definido em sua Metodologia (B3, 2015, p. 2) tem por objetivo “ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade dos setores de consumo cíclico, consumo não cíclico e saúde”. O consumo cíclico refere-se aos segmentos da economia com desempenho marcado

pela sazonalidade da demanda. O consumo não cíclico inclui os segmentos cuja oferta de bens e serviços possuem demanda constante. O segmento de saúde envolve as empresas prestadoras de serviços relacionadas à área, como hospitais e operadoras de planos de saúde. A escolha pelo ICON B3 para compor a amostra das empresas analisadas neste estudo se deve ao fato de incluir as empresas relacionadas à prestação de serviços e comércio e de representar aspecto potencialmente afetado pelas particularidades do período abrangido por este estudo, ou seja, a pandemia e seus efeitos sobre o consumo de bens e serviços. As empresas relacionadas no referido índice são ainda subdivididas em 12 subsetores conforme a classificação da B3. O Apêndice B traz a relação das empresas que compõem a amostra deste estudo e seus respectivos subsetores.

Os dados foram coletados a partir do próprio site da B3, buscando-se as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) publicadas pelas empresas no referido sítio eletrônico, e daí extraído-se apenas o segmento dos relatórios correspondentes à demonstração de valor adicionado. Seguindo o proposto no objetivo deste estudo, de analisar o comportamento da distribuição de riqueza das Sociedades Anônimas que compõem o Índice de Consumo (ICON B3) da bolsa de valores no Brasil., através da DVA nos anos de 2019 a 2021, compreendidos entre a pandemia de COVID-19, foram selecionadas apenas as DVAs que compreendem os anos de 2019, 2020 e 2021, respectivamente períodos pré, durante e pós pandemia. Dessa forma, as amostras coletadas somaram 216 registros referentes ao período analisado.

Após análise, foram identificadas na amostra selecionada 6 empresas que não se encaixavam nos critérios para o presente estudo, sendo empresas constituídas em formato de *holding* e empresas que não apresentaram dados para distribuição do valor adicionado referentes a algum dos períodos analisados. As *holdings* são empresas constituídas com a finalidade de manter participação societária majoritária em outras companhias, chamadas subsidiárias, não produzindo bens ou serviços. Chegou-se, portanto, ao número de 66 empresas analisadas que atenderam aos critérios iniciais da pesquisa.

Ao iniciar a realização dos testes, verificou-se, novamente, que das 66 empresas que compunham a amostra, 8 apresentaram distribuição de valor adicionado negativo para alguns dos grupos beneficiados. Sendo assim, optou-se por excluir essas empresas da amostra resultando numa amostra final de 58 empresas e 174 observações referentes aos períodos de 2019, 2020 e 2021.

Os dados das DVAs correspondem às informações consolidadas, exceto para aquelas que dispunham apenas dos relatórios individuais sem prejuízo para a análise de dados. Foram

excluídas da amostra as empresas que não apresentaram informações referentes a algum dos períodos analisados (2019, 2020 ou 2021). Após realizadas as filtrações descritas acima, com base nas DFP foram selecionadas, nas demonstrações selecionadas, as seguintes contas para cada período analisado, representando as variáveis analisadas neste estudo (Batista, 2018):

- 7.01 – Receitas
- 7.08 - Distribuição do Valor Adicionado
- 7.08.01 - Pessoal
- 7.08.02 - Impostos, Taxas e Contribuições
- 7.08.03 - Remuneração de Capitais de Terceiros
- 7.08.04 - Remuneração de Capitais Próprios
- 7.08.05 - Outros

### 3.4 Análise de dados

Os dados referentes às demonstrações de valor adicionado da amostra foram organizados utilizando-se o *software* Microsoft Excel, possibilitando a utilização de métodos de estatística descritiva com o intuito de resumir e fornecer uma descrição detalhada do conjunto de dados por meio de medidas de tendência central e medidas de dispersão, permitindo uma análise abrangente e sistemática dos dados coletados (Martins; Theóphilo, 2009). Após a organização dos dados, utilizando o suplemento de Análise de Dados do *software* Excel, foram calculadas as medidas de estatística descritiva para todas as categorias da DVA nos anos de 2019, 2020 e 2021. Os resultados obtidos foram organizados em tabela para facilitar a posterior interpretação. Feita a análise descritiva, o passo seguinte foi a realização do Teste-t, com o uso novamente do suplemento de dados do *software* Excel, selecionando a opção “Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes”, que também foi aplicado em cada categoria da DVA, comparando os anos de 2019-2020 e 2020-2021. O Teste-t é uma variação do teste de hipóteses usado para verificar a diferença entre duas amostras independentes quando não são conhecidos os desvios padrão populacionais ( $\sigma$ ) (Larson; Farber, 2015).

Abordados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, são apresentados, a seguir, os resultados do estudo, iniciando com as medidas de estatística descritiva por categoria da DVA, seguidos dos resultados para os Testes-t e a devida discussão à luz da teoria.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresentará os resultados empíricos do presente estudo para posterior discussão. De início, serão analisados os dados de estatística descritiva para cada grupo de beneficiários da DVA e, em seguida, os resultados dos Testes-t para os referidos grupos, comparando sua evolução ao longo do período estudado.

### 4.1 Análise dos dados de estatística descritiva

Conforme abordado na seção de Metodologia, os resultados deste estudo foram obtidos por meio do uso de técnicas de estatística descritiva. Posteriormente, aplicou-se o Teste-t para verificar as diferenças entre as amostras comparadas, que, neste caso, referem-se à comparação em cada categoria da DVA entre os anos de 2019-2020 e 2020-2021. Sendo assim, apresentam-se a seguir os resultados e a discussão dos dados obtidos por meio das medidas de estatística descritiva.

#### 4.1.1 Estatísticas descritivas para categoria Pessoal

Primeiramente, será feita a análise descritiva da categoria Pessoal. A importância da DVA para a categoria Pessoal reside no fato de que ela evidencia a parcela da riqueza gerada que é alocada para remuneração dos trabalhadores, refletindo o compromisso da empresa com seus empregados e a valorização do capital humano. A Tabela 1 abaixo resume os dados obtidos a partir dos testes de estatística descritiva realizados na amostra:

Tabela 1 - Estatísticas para categoria Pessoal

	%2021	%2020	%2019
Média	0,316	0,326	0,315
Erro padrão	0,020	0,021	0,018
Mediana	0,311	0,340	0,317
Moda	#N/D	#N/D	#N/D
Desvio padrão	0,156	0,158	0,139
Variância da amostra	0,024	0,025	0,019
Curtose	-0,465	-0,681	-0,549
Assimetria	0,236	0,051	0,035
Intervalo	0,667	0,591	0,583

Mínimo	0,023	0,035	0,039
Máximo	0,690	0,626	0,621
Soma	18,341	18,911	18,280
Contagem	58	58	58
Coefficiente Variação	0,493	0,485	0,441
Quartil			
1° Quartil	0,178	0,206	0,217
2° Quartil	0,311	0,340	0,317
3° Quartil	0,429	0,422	0,407
4° Quartil	0,690	0,626	0,621

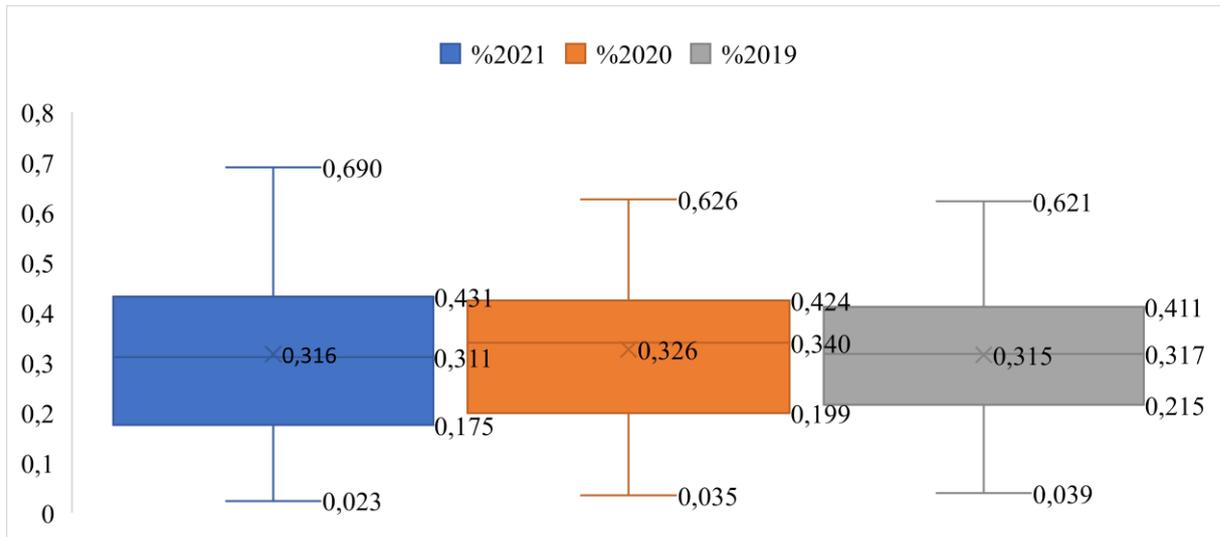
Fonte: Dados da pesquisa.

A análise das estatísticas para a categoria de pessoal mostra que a média da distribuição de valor adicionado para os empregados permaneceu próxima durante o período pesquisado, sendo levemente maior no ano de 2020. Os valores do erro padrão indicam que a média obtida da amostra das 58 empresas analisadas representa com maior precisão a média das empresas componentes do ICON B3 como um todo. Neste caso, observa-se que o menor valor de erro padrão, e portanto, a média amostral mais precisa em relação à média populacional, ocorreu no período de 2019. Esse período é anterior à emergência sanitária de COVID-19. O desvio padrão baixo registrado nos três anos do período analisado indica que os valores médios de distribuição de valor adicionado pagos aos empregados das empresas em questão permaneceram próximos à média calculada para cada período, indicando uma baixa dispersão desses valores. A partir daí, pode-se inferir que, embora as empresas analisadas atuem em segmentos diversos que compõem o Índice de Consumo, a porcentagem da riqueza gerada destinada aos empregados aproxima-se do valor médio observado para cada período.

Os dados de assimetria evidenciam uma distribuição assimétrica positiva, especialmente para o período de 2021, indicando que a maior parte das observações se encontra abaixo da média de cada período. Quando analisada a curtose, verifica-se que os percentuais de distribuição do valor adicionado registrados pelas empresas analisadas para a categoria de pessoal estão mais espalhados em torno da média e não concentrados em torno dela, com uma dispersão maior no período de 2020.

O Gráfico 2 a seguir evidencia as alterações no comportamento da distribuição de valor adicionado referente à categoria de pessoal.

Gráfico 2 - Participação dos Empregados na DVA



Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando o gráfico, que sintetiza os dados da estatística descritiva sobre os quartis, fazem-se algumas observações para o período analisado: 1) Uma redução do limite inferior, que corresponde ao valor mínimo das observações, e do 1º quartil ao longo do período estudado, mostra que algumas empresas reduziram o percentual de valor adicionado distribuído aos empregados. 2) Houve um ligeiro aumento da média observada, especialmente no ano de 2020. Ainda em 2020, os dados do 2º quartil mostram que mais da metade das empresas distribuiu aos empregados um percentual de valor adicionado acima da média apresentada. 3) Houve ao longo dos anos um aumento na amplitude dos dados, devido à diferença entre os valores mínimo e máximo, e à dispersão dos dados em torno da média, como evidenciado pelo desvio padrão.

As alterações percebidas no comportamento da distribuição de riqueza aos empregados podem refletir mudanças decorrentes da emergência sanitária dada pela pandemia de COVID-19. A situação emergencial apresentou um grande desafio às empresas, ao mercado de trabalho e aos entes governamentais para buscarem medidas que mitigassem os efeitos negativos inerentes da crise sanitária. Neste sentido, tanto o governo quanto as empresas adotaram medidas para tentar minimizar os efeitos da crise sanitária. No âmbito governamental, o Governo Federal adotou, por exemplo, o pagamento do auxílio emergencial para parte da população, visando inicialmente os trabalhadores informais e pessoas de baixa renda beneficiárias de programas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil (Bolsa Família). Por parte das empresas, as principais medidas adotadas incluíram a implementação do regime de trabalho remoto (teletrabalho) para parte dos trabalhadores em alguns setores, mas demissões

e cortes de pessoal não foram totalmente evitados. Ressalta-se que as medidas mencionadas não necessariamente foram adotadas por todas as empresas, especialmente aquelas tratadas neste estudo, mas sua implementação leva em consideração fatores como as características de cada setor de atividade econômica, os impactos da pandemia de COVID-19 em cada setor, além do porte das empresas analisadas. Os efeitos de tais medidas foram amplamente noticiados pela mídia, o que resultou no aumento do número de desempregados e no recorde na taxa de desocupação da força de trabalho (G1, 2021).

A efetividade das medidas adotadas durante a pandemia é alvo de discussões e estudos. Especialmente as medidas adotadas pelo Governo Federal foram alvo de escrutínio uma vez que possibilitaram às empresas enfraquecerem o vínculo de trabalho com seus funcionários sob a justificativa da preservação dos empregos. Em abril de 2020, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória (MP) nº 936, instituindo o chamado 'Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda'. Posteriormente, essa MP foi convertida na Lei nº 14.020/2020. Algumas das medidas da referida legislação previam a redução da jornada de trabalho do empregado em até 70%, bem como a suspensão temporária do contrato de trabalho por até 60 dias. A adoção dessas medidas pelas empresas seria compensada pelo governo com o pagamento da parcela do salário não recebida pelo trabalhador no caso da redução da jornada, e com o Benefício Emergencial correspondente ao valor do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito. No entanto, apesar de tais medidas, o mercado de trabalho foi duramente afetado durante a crise sanitária como pode ser observado pelos níveis de desemprego que bateram recorde, chegando a 13,8% em 2020 e a 14% em 2021 (Agência IBGE Notícias, 2024).

Outra medida adotada pelo Governo Federal que flexibilizou as condições de trabalho foi a Medida Provisória nº 927/2020. Dentre as ações permitidas na referida MP está a flexibilização das regras para realização do chamado teletrabalho, condição em que as atividades laborais são realizadas fora do ambiente tradicional de trabalho. Os empregadores poderiam comunicar a mudança do regime de trabalho do empregado até 48 horas antes da efetiva alteração, decidida de forma unilateral pelas empresas. Ferreira e Aguilera (2021) ponderam que, apesar de também trazer benefícios, o teletrabalho pode afetar a saúde do trabalhador, ocasionando doenças ocupacionais, ergométricas e mentais, além de jornadas excessivas de trabalho e isolamento social.

#### 4.1.2 Estatísticas descritivas para categoria de impostos, taxas e contribuições

A categoria de Impostos, taxas e contribuições, conforme conceito da NBC TG 09 (2023), refere-se “valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho e ao Sistema “S”, que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita”. Esses tributos são devidos aos governos federal, estadual e municipal. A tabela 2, a seguir, traz os resultados da estatística descritiva para essa categoria:

Tabela 2 - Estatísticas para categoria Impostos, Taxas e Contribuições

	%2021	%2020	%2019
Média	0,245	0,267	0,251
Erro padrão	0,017	0,018	0,017
Mediana	0,231	0,265	0,251
Moda	#N/D	#N/D	#N/D
Desvio padrão	0,133	0,138	0,129
Variância da amostra	0,018	0,019	0,017
Curtose	-0,090	-0,496	0,149
Assimetria	0,499	0,392	0,452
Intervalo	0,615	0,528	0,572
Mínimo	0,002	0,053	0,006
Máximo	0,617	0,580	0,578
Soma	14,205	15,511	14,535
Contagem	58	58	58
Coeficiente Variação	0,544	0,515	0,514
Quartil			
1° Quartil	0,154	0,169	0,159
2° Quartil	0,231	0,265	0,251
3° Quartil	0,329	0,356	0,311
4° Quartil	0,617	0,580	0,578

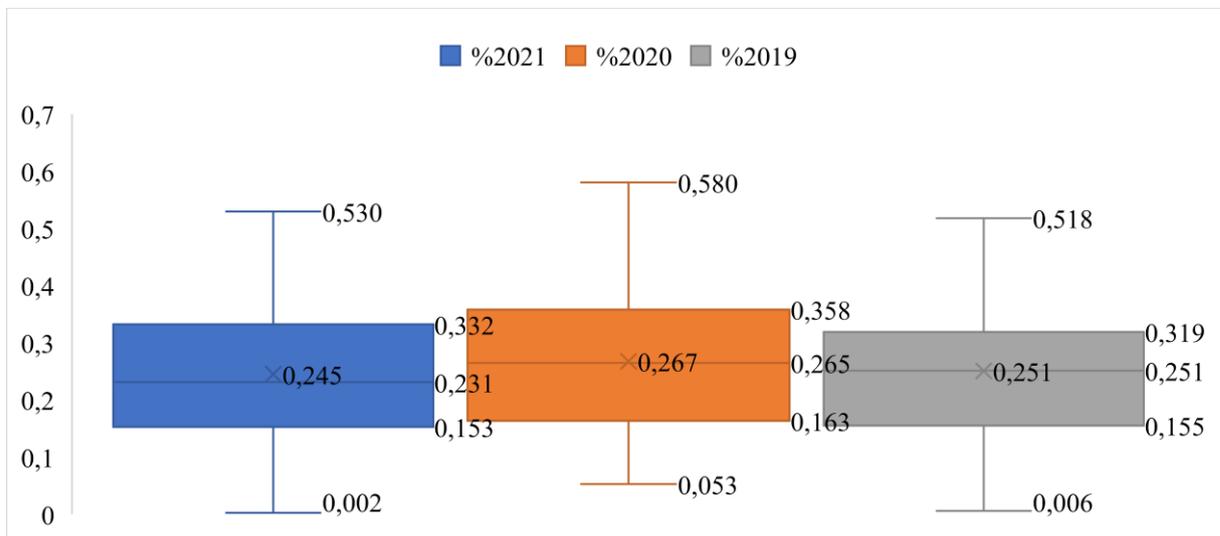
Fonte: Dados da pesquisa.

Para a categoria de impostos, taxas e contribuições, observa-se que a média da distribuição de valor adicionado diminuiu ao longo do período analisado após um ligeiro aumento no ano de 2020, resultando em uma menor parcela de transferência de riqueza gerada pelas empresas aos governos. Além disso, o coeficiente de variação, que indica a porcentagem

do desvio padrão em relação à média, mostra que, para os três anos do período analisado, os dados encontram-se distribuídos em torno da média, não concentrados. As medidas de assimetria mostram que pouco mais da metade das empresas manteve a distribuição de valor adicionado em forma de tributos abaixo da média observada em cada ano do período estudado. É possível também observar, pelas medidas de curtose, que a maior dispersão dos dados em relação à média ocorreu, de fato, no ano de 2020.

Tais observações mostram que, nesse ano, as empresas analisadas apresentaram maior distribuição do valor adicionado em forma de impostos. Este aumento observado no pagamento de tributos pelas empresas contrasta com as informações sobre a arrecadação dos governos, nos três níveis federal, estadual e municipal, conforme informações oficiais e divulgadas amplamente pelo noticiário. A arrecadação federal, por exemplo, sofreu uma redução de 6,91% no ano de 2020, sendo as maiores reduções observadas no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com redução de 7,01%, no Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), com redução de 11,92%, e na arrecadação da previdência social, com redução de 7,16%, valores comparados ao ano anterior, de 2019 (Máximo, 2020).

Gráfico 3 - Participação de Impostos, Taxas e Contribuições na DVA



Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico 3 mostra a dispersão por quartis da distribuição de riqueza em forma de impostos para cada ano do período analisado. Verifica-se que, em todo o período, mais da metade das empresas manteve o pagamento de tributos abaixo ou igual à média observada em

cada ano, com essa média sofrendo uma redução de 2019 para 2021. No ano de 2020, observou-se um aumento nos limites de cada quartil, bem como nos valores mínimo e médio de tributos pagos. Esses resultados sugerem um comportamento levemente diferente das empresas estudadas no pagamento de impostos naquele ano, possivelmente devido às mudanças econômicas e fiscais em resposta à crise sanitária.

Como discutido anteriormente, a arrecadação de impostos a nível federal teve uma queda de 6,91% em 2020, seguida de uma recuperação no ano seguinte. Nesse contexto, é importante destacar que o desempenho negativo do setor de serviços contribuiu com 2,7 pontos percentuais para a queda do PIB em 2020 (Gomes, 2022). A interação entre esses fatores mostra a complexidade da relação entre a arrecadação de impostos e o comportamento econômico durante os períodos de crise.

#### 4.1.3 Estatísticas descritivas para categoria remuneração de capitais de terceiros

A remuneração de capitais de terceiros, conforme a NBC TG 09 (2023), inclui o pagamento de valores aos financiadores externos das empresas na forma de juros (despesas financeiras relacionadas a todo tipo de empréstimos e financiamento contratados por meio de instituições financeiras, empresas do mesmo grupo ou outras formas de obtenção de recursos), alugueis pagos a terceiros, e outras formas de transferências de riquezas a terceiros como *royalties*, franquias, e direitos autorais. A tabela 3, a seguir, traz os resultados da estatística descritiva para essa categoria:

Tabela 3 - Estatísticas para categoria Remuneração de Capitais de Terceiros

	%2021	%2020	%2019
Média	0,177	0,186	0,186
Erro padrão	0,016	0,019	0,019
Mediana	0,146	0,143	0,139
Moda	#N/D	#N/D	#N/D
Desvio padrão	0,121	0,144	0,144
Variância da amostra	0,015	0,021	0,021
Curtose	6,482	2,635	4,709
Assimetria	1,968	1,598	1,951
Intervalo	0,717	0,683	0,754
Mínimo	0,013	0,013	0,017
Máximo	0,729	0,696	0,771

Soma	10,263	10,762	10,788
Contagem	58	58	58
Coefficiente Variação	0,686	0,777	0,776
Quartil			
1° Quartil	0,098	0,091	0,096
2° Quartil	0,146	0,143	0,139
3° Quartil	0,235	0,227	0,225
4° Quartil	0,729	0,696	0,771

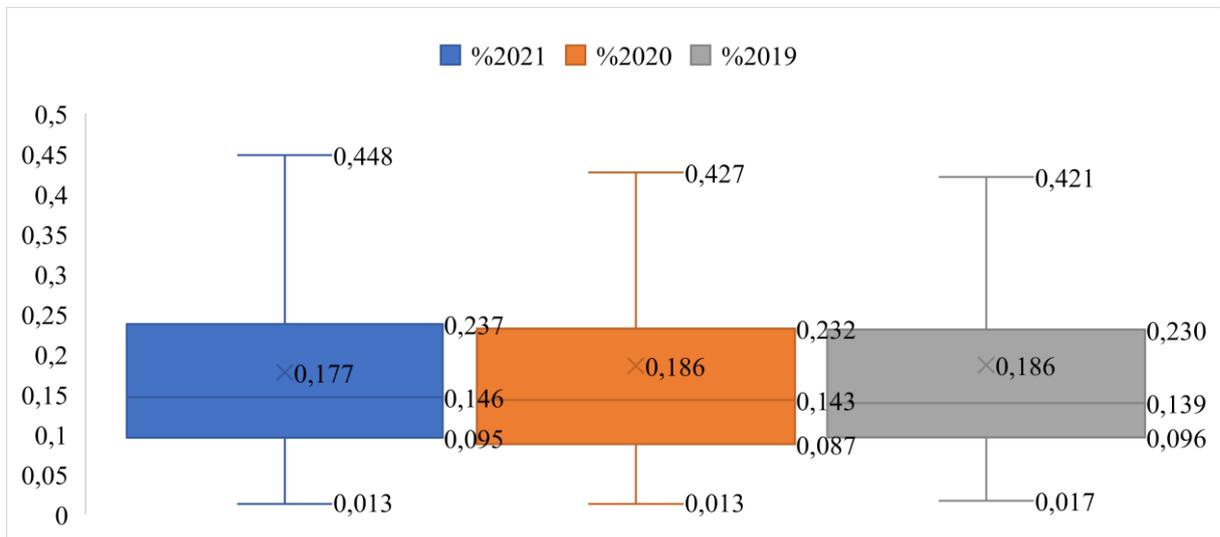
Fonte: Dados da pesquisa.

Para a categoria de remuneração de capitais de terceiros, observa-se que a média da distribuição de valor adicionado manteve-se relativamente próxima com uma pequena redução de 2019 para 2021, resultando em estabilidade na distribuição do valor adicionado para os financiadores externos de capital. A dispersão dos dados, medida pelo desvio padrão e pela variância, permaneceu estável entre 2019 e 2020, mas verificou-se uma pequena redução em 2021. O coeficiente de variação, que indica a porcentagem do desvio padrão em relação à média, indica que, para os três anos do período analisado, os dados estão dispersos em torno da média e com grande variação em cada um dos períodos analisados<sup>1</sup>. As medidas de assimetria mostram que, entre 2019 e 2021, a maior parte das empresas, mais da metade, manteve a distribuição de valor adicionado para os financiadores externos abaixo da média observada em cada ano.

A variação observada indica um comportamento heterogêneo das empresas na distribuição do valor adicionado para capitais de terceiros, ao contrário do observado para as categorias anteriores, indicando que, a depender do setor em que atuam, as companhias apresentam maior exposição ao uso de financiamentos externos para suas operações. O nível de endividamento das empresas é um fator bastante observado pelos investidores e pelo mercado em geral, pois é um dos indicadores da saúde financeira das companhias. O endividamento pode ser utilizado para operações de ampliação e expansão dos negócios, ou bem como para financiar operações cotidianas, sendo o primeiro caso considerado mais sadio enquanto o segundo pode indicar problemas de solvência de tais companhias (Bazzi, 2019). O gráfico 4, a seguir, amplia a percepção sobre os dados de estatística descritiva apresentados anteriormente:

<sup>1</sup> A dispersão dos dados segundo o coeficiente de variação (CV) segue a classificação: baixa para  $CV < 15\%$ ; média para  $15\% \leq CV < 30\%$  e; alta para  $CV \geq 30\%$  (Castanheira, 2018, p. 87).

Gráfico 4 - Participação da Remuneração de Capitais de Terceiros na DVA



Fonte: Dados da pesquisa.

A heterogeneidade na distribuição do valor adicionado ao capital de terceiros é confirmada quando observada a distribuição dos quartis para cada ano do período analisado. A análise dos quartis mostra que, para cada ano, o 2º quartil do valor adicionado distribuído aos financiadores externos permaneceu abaixo da média, ou seja, para mais da metade das empresas que compõem o estudo. Verifica-se, também, uma maior dilatação do intervalo entre o valor máximo e mínimo das observações, indicando uma variação maior nos valores extremos observados influenciando a dispersão dos dados. Esse comportamento evidencia uma diferença no perfil de endividamento das empresas, que pode ser influenciado pelos segmentos de atuação diversos que compõem a amostra analisada, bem como por outros fatores como a composição do endividamento.

A participação do capital de terceiros no endividamento de uma empresa evidencia seu comprometimento de longo e curto prazo, assim como o risco e o retorno esperado dos seus investimentos, ou seja, a alavancagem financeira da empresa (Gitman, 2010). Nesse sentido, estudos realizados pela Serasa Experian (2022) demonstram que o nível de endividamento geral das empresas brasileiras vem aumentando consistentemente desde 2018, chegando ao pico de 57,9% em 2021, destacando-se os setores de comércio e serviço com aumento de mais de 10 pontos percentuais. Outro estudo, conduzido pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Industrial (2023), destaca que durante o período de crise o endividamento líquido das empresas (dívida líquida/patrimônio líquido) aumentou como parte de uma estratégia, para criar maior liquidez e enfrentar os efeitos da desaceleração econômica do período entre 2019 e 2022, analisado no quadro de endividamento.

#### 4.1.4 Estatísticas descritivas para categoria remuneração de capitais próprios

A NBC TG 09 (2023), define a distribuição de riqueza na forma de remuneração de capitais próprios como “o pagamento de valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas”, o que inclui o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos (valores apenas do próprio exercício, exceto lucros acumulados de exercícios anteriores e juros de capital próprio retidos na conta de reserva de lucros) e lucros e prejuízos retidos do exercício. A tabela 4, a seguir, traz os resultados da estatística descritiva para essa categoria:

Tabela 4 - Estatísticas para categoria Remuneração de Capitais Próprios

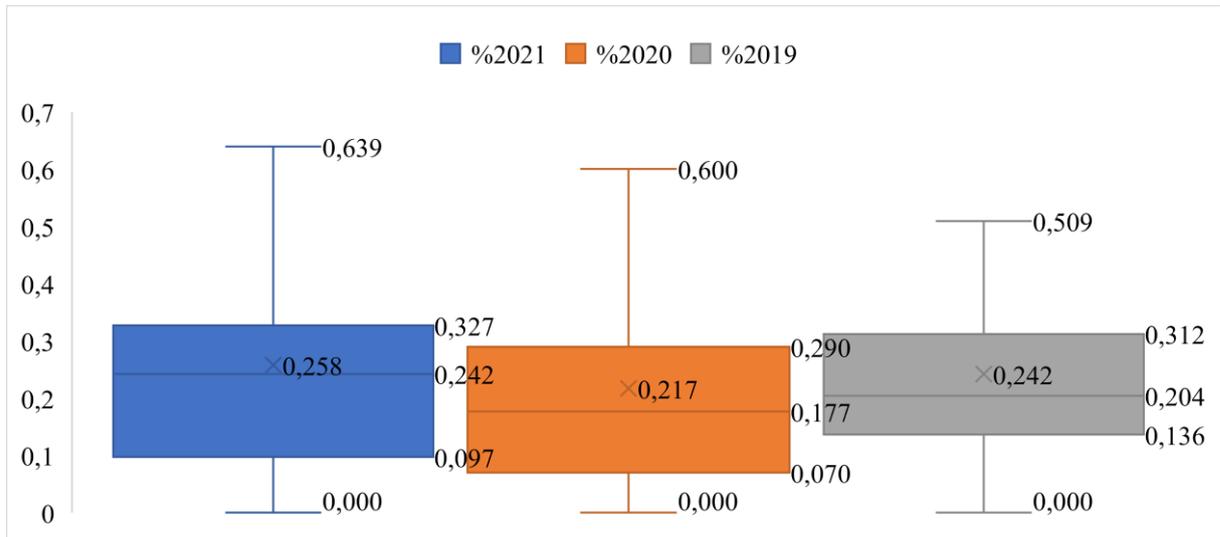
	%2021	%2020	%2019
Média	0,258	0,217	0,242
Erro padrão	0,025	0,027	0,023
Mediana	0,242	0,177	0,204
Moda	0,000	0,000	0,000
Desvio padrão	0,192	0,203	0,175
Variância da amostra	0,037	0,041	0,031
Curtose	1,085	1,821	1,811
Assimetria	1,082	1,381	1,252
Intervalo	0,849	0,882	0,814
Mínimo	0,000	0,000	0,000
Máximo	0,849	0,882	0,814
Soma	14,956	12,601	14,047
Contagem	58	58	58
Coefficiente Variação	0,744	0,935	0,722
Quartil			
1° Quartil	0,100	0,075	0,141
2° Quartil	0,242	0,177	0,204
3° Quartil	0,321	0,284	0,307
4° Quartil	0,849	0,882	0,814

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a média da remuneração de capitais próprios aumentou entre 2019 e 2021, sugerindo um aumento na distribuição de riqueza para esta categoria que envolve o pagamento de dividendo aos sócios e acionistas das companhias analisadas. Entretanto, em 2020, ano que representa o pico da crise sanitária da Covid-19, o percentual médio sofreu redução. Quando analisada a dispersão dos dados, há também um aumento do desvio padrão entre 2019 e 2021, com um pico no ano de 2020, o que indica maior distribuição dos percentuais em torno da média e, portanto, maior diferença entre os valores distribuídos pelas empresas aos acionistas. Os dados estatísticos apurados para o coeficiente de variação e o intervalo (entre valor mínimo e máximo) reforçam o aumento da dispersão dos dados, acentuada no ano de 2020. As medidas de assimetria mostram que, entre 2019 e 2021, a maior parte das empresas, mais da metade, manteve a distribuição de valor adicionado para os financiadores externos acima da média observada em cada ano.

A dispersão observada indica a heterogeneidade no comportamento das empresas na distribuição do valor adicionado para sócios e acionistas, indicando que as tais diferenças podem ser decorrentes das necessidades de composição de patrimônio de cada empresa. Retornando a NBC TG 09 (2023), a remuneração de capitais próprios envolve o pagamento de juros de capital próprio e dividendos do exercício de apuração, bem como lucros e prejuízos retidos, sendo assim, a distribuição de tais valores segue o que é definido no estatuto de cada companhia podendo, portanto, haver diferenças nos percentuais de distribuição de riqueza para o sócios e acionistas, desde que não contrarie os critérios legais estabelecidos na Lei nº 6.404/1976 (Brasil, 1976), conhecida como a Lei das Sociedades Anônimas (Athar, 2005). O gráfico 5, a seguir, amplia a percepção sobre os dados de estatística descritiva apresentados anteriormente:

Gráfico 5 - Participação da Remuneração de Capitais Próprios na DVA



Fonte: Dados da pesquisa.

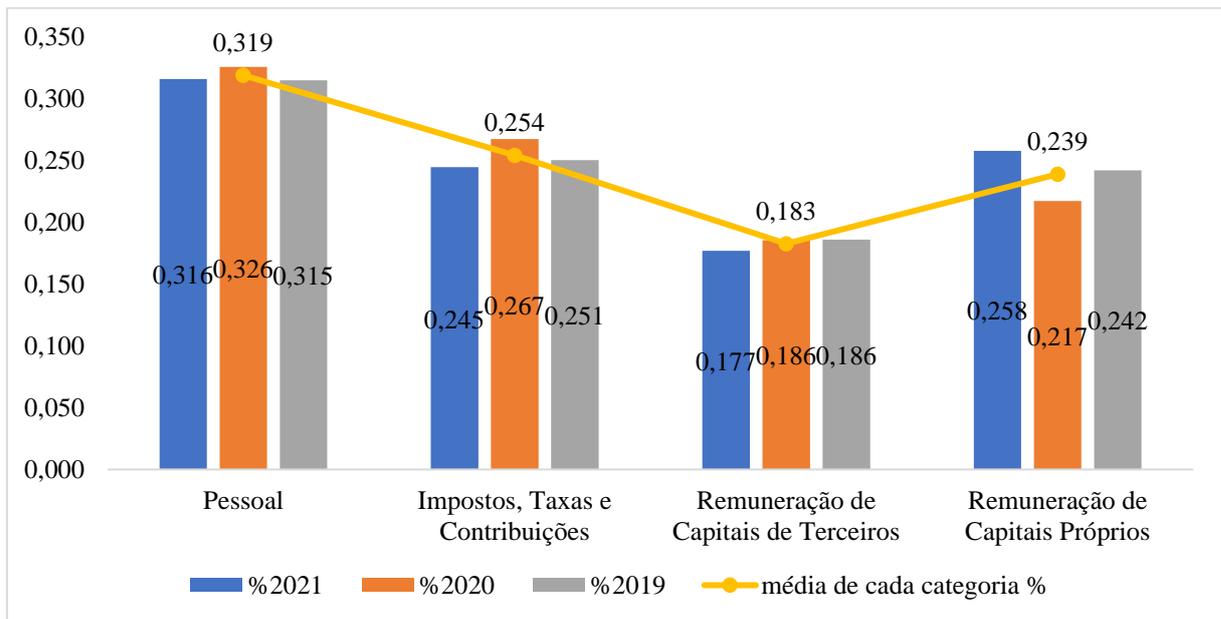
A dispersão na distribuição do valor adicionado ao capital próprio é confirmada ao observar a distribuição dos quartis para cada ano do período analisado. A interpretação dos quartis indica que, anualmente, o valor repartido entre sócios e acionistas ficou inferior à média em mais de 50% das empresas analisadas no estudo. Também se observa uma expansão mais acentuada do intervalo entre o valor máximo e mínimo das observações ao longo do período analisado, sugerindo uma flutuação mais ampla nos valores extremos registrados, evidenciado principalmente pelo crescimento dos valores máximos observados, o que afeta a dispersão dos dados. Como discutido anteriormente, tal comportamento pode decorrer das diferenças na distribuição de riqueza aos sócios e acionistas, bem como de outros fatores que afetam a geração de lucros e a distribuição de dividendos.

#### 4.2 Resultados e interpretação do Teste-t para duas amostras

O Teste-t para duas amostras é um método de estatística inferencial utilizado para comparação entre as médias de duas amostras independentes que seguem a distribuição de probabilidade normal ou aproximadamente normal, quando não se conhece o desvio padrão populacional, utilizando como estatística de teste a média amostral (Larson; Farber, 2015). O teste presume o estabelecimento de duas hipóteses: a hipótese nula  $H_0$  (lida como “H zero” ou “H nula”); e a hipótese alternativa  $H_1$  (lida como “H alternativa”). Neste estudo, a hipótese nula enunciada é de que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias amostrais de

cada categoria da DVA individualmente quando comparada com a média da mesma categoria para o ano seguinte; e a hipótese alternativa enunciada, que complementa a hipótese nula, afirma que as diferenças estatísticas entre as médias descritas são significativas. O teste foi realizado considerando o nível de significância  $\alpha = 0,05$ . O gráfico 6 a seguir, resume as médias obtidas em cada categoria e em cada período analisado:

Gráfico 6 - Médias obtidas para cada categoria da DVA em cada ano do período analisado



Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir são apresentados os resultados do Teste-t comparando as médias anuais da distribuição de valor adicionado para categoria de beneficiários da DVA, bem como a discussão de tais resultados à luz da teoria.

#### 4.2.1 Interpretação do Teste-t para a categoria de pessoal

O Teste-t para a categoria Pessoal analisou a média amostral observada na distribuição de valor adicionado para os empregados das empresas analisadas em cada ano do período analisado e comparou os valores observado no ano seguinte. Dessa forma, foram comparadas as médias entre o ano de 2019 e 2020 e entre 2020 e 2021 obtendo os resultados conforme demonstrados na tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Teste-t duas amostras para a categoria Pessoal

Empregados	%2019	%2020	Empregados	%2020	%2021
Média	0,315	0,326	Média	0,326	0,316
Variância	0,019	0,025	Variância	0,025	0,024
Observações	58	58	Observações	58	58
Hipótese da diferença de média	0		Hipótese da diferença de média	0	
gl	112		gl	114	
Stat t	-0,393		Stat t	0,337	
P(T<=t) uni-caudal	0,347		P(T<=t) uni-caudal	0,368	
t crítico uni-caudal	1,659		t crítico uni-caudal	1,658	
P(T<=t) bi-caudal	0,695		P(T<=t) bi-caudal	0,737	
t crítico bi-caudal	1,981		t crítico bi-caudal	1,981	

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados evidenciados na tabela acima mostram que, na comparação entre os anos de 2019 e 2020, o resultado da estatística t calculado (-0,393) manteve-se dentro do intervalo de confiança para o valor da estatística padronizada (t crítico), e o valor p bicaudal (*p value*) obtido é maior que o nível de significância estabelecido para o teste de  $\alpha = 0,05$ . A variância sofreu um leve aumento de um ano para o outro. Para a comparação entre os anos de 2020, observou-se também que o valor da estatística t calculado permaneceu no intervalo de confiança de t crítico, e o valor p bicaudal (*p value*) foi maior que o nível de significância já mencionado. Tais resultados mostram que, estatisticamente, não houve diferença significativa entre as médias comparadas entre os anos de 2019 e 2020 e entre 2020 e 2021, mostrando não haver evidências suficientes, por meio dos dados amostrais fornecidos, para afirmar que as proporções da distribuição de valor adicionado alteraram-se de um ano para o outro.

Os resultados dos testes sugerem que o período de crise sanitária não afetou significativamente a distribuição do valor adicionado aos empregados das empresas analisadas. No entanto, é importante considerar que outros indicadores, como a renda e o poder de compra, também influenciam a qualidade de vida dos trabalhadores. O período compreendido pelo estudo foi marcado por diversos desafios às empresas e à sociedade como um todo devido ao cenário econômico e social incerto, demandando medidas para contornar os efeitos da crise sanitária que se iniciou no final de 2019. Os efeitos da crise foram sentidos na geração de riqueza do país, que registrou uma retração no PIB de 3,3% em 2020, em uma economia que ainda se recuperava da crise econômica ocorrida entre os anos 2015 e 2016, quando houve retração acumulada do PIB da ordem de 6,8% (Agência IBGE Notícias, 2018).

A classe trabalhadora foi especialmente afetada, como mostram diversos indicadores de emprego medidos e acompanhados pelo IBGE. A taxa de desocupação (pessoas em idade para trabalhar que estão desempregadas) passou dos 13% em 2020 e 2021, alcançando os maiores patamares em dez anos (Agência IBGE, 2024). Os níveis de informalidade da população em idade para trabalhar (14 anos ou mais), que já estavam em crescimento desde a última década (2010 a 2020), permaneceram elevados, chegando a 40,68% em 2019. Outro dado que afeta diretamente a população e, potencialmente mais a classe trabalhadora, refere-se ao índice de inflação que saltou para 10,1% ao final de 2021. Tal cenário de piora nos indicadores econômicos citados traz consequências para a população que vive do trabalho assalariado ou do trabalho informal, reduzindo, por exemplo, o seu poder de compra, ou seja, a quantidade de bens e serviços que as pessoas conseguem adquirir por meio de suas fontes de renda (de Pieri, 2021). À medida em que o menor crescimento da economia, associado às incertezas no mercado de trabalho e a menor capacidade de prover bens e serviços necessários para si e para sua família, atinge os trabalhadores, o custo de vida aumenta e a qualidade de vida diminui. A tabela 6 a seguir traz os indicadores macroeconômicos citados como alguns dos que impactam a classe trabalhadora na oferta de emprego e no poder de compra, e sua evolução desde 2015 até 2021:

Tabela 6 – Indicadores macroeconômicos com impacto sobre a oferta de emprego e poder de compra

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Produto Interno Bruto (PIB) %	-3,5	-3,3	1,3	1,8	1,2	-3,3	4,8
Taxa de desocupação %	8,9	11,7	12,6	12,2	11,8	13,8	14,0
Informalidade %	38,3	38,6	39,8	40,4	40,7	38,3	40,1
Inflação (IPCA) %	10,7	6,3	3,0	3,8	4,3	4,5	10,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Painel de Indicadores do IBGE (2024).

Nesse sentido, apesar de o estudo não ter verificado diferenças significativas para a distribuição de valor adicionado aos empregados das empresas que compõem a amostra, é importante notar que outros estudos relacionaram o percentual da riqueza destinada aos trabalhadores com outros fatores que afetam as companhias de capital aberto. O trabalho realizado por Chan, Silva e Martins (2007) comparou a distribuição de riqueza aos acionistas e empregados entre empresas estatais e privadas, concluindo que as empresas privadas destinavam uma menor parcela do valor adicionado aos empregados do que as estatais, mas não observou diferença na remuneração dos acionistas. Tal diferença na remuneração entre o setor público e privado é frequentemente abordada como um atrativo das carreiras do setor público

frente ao setor privado, além da maior estabilidade de vínculo empregatício. Diante das dificuldades no mercado de trabalho, a busca por uma carreira no setor público torna-se uma opção para o trabalhador que deseja melhores condições de vida, mas encontra barreiras como a disponibilidade de tempo para estudos e mesmo recursos para bancar os estudos.

Em outro estudo conduzido por Nunes e Miranda (2016), que analisou a geração e distribuição de valor adicionado em companhias listadas no Índice Brasil 100 (IBrX 100 B3), um dos aspectos abordados foi o percentual de riqueza destinado aos empregados. O estudo mostrou que apenas 22,34% das empresas analisadas destinavam mais de 50% da riqueza gerada aos funcionários, algo semelhante ao encontrado nos resultados obtidos neste trabalho, em que a média de distribuição de riqueza para os funcionários foi de 31,9% nos três anos do período analisado, conforme foi mostrado no Gráfico 6. O valor distribuído aos empregados na forma de salários e outros benefícios pode constituir-se num diferencial para atrair e reter profissionais mais qualificados para as empresas, contribuindo para seu crescimento e geração de riqueza. Nesse sentido, Moura, Pereira e Bezerra (2020), ao analisarem a relação entre os valores de benefícios concedidos pelas empresas a colaboradores e o desempenho financeiro por meio da DVA, constataram que quanto maiores forem a remuneração e os incentivos concedidos aos colaboradores, maior será o nível de produtividade alcançado por essas empresas, medido pelo indicador EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization*), ou seja, lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Assim, proporcionar uma remuneração atrativa e condizente com a qualificação profissional, bem como oferecer um pacote de benefícios (plano de saúde, plano de previdência, participação nos lucros e resultados, entre outros) é uma estratégia que pode mostrar-se eficiente para que as empresas não apenas melhorem seus resultados, mas também ofereçam uma maior qualidade de vida ao trabalhador. As empresas podem adotar diversas formas de remuneração que atendam às várias necessidades de seus funcionários, optando pela remuneração funcional, focada no cargo a ser exercido, ou por uma remuneração estratégica que, além do salário fixo, possua um componente variável que leve em consideração as habilidades dos funcionários, como discutido por Nichele, Stefano e Raifur (2015).

#### 4.2.2 Interpretação do Teste-t para a categoria de impostos, taxas e contribuições

Para a categoria Impostos, Taxas e Contribuições o Teste-t analisou a média amostral observada na parcela de distribuição de valor adicionado para os para os governos nas esferas

federal, estadual e municipal das empresas analisadas em cada ano do período de análise e comparou os valores observado no ano seguinte. Sendo assim, a comparação das médias se deu entre o ano de 2019 e 2020 e entre 2020 e 2021. Os resultados são obtidos estão evidenciados na tabela 7 a seguir:

Tabela 7 – Teste-t duas amostras para a categoria Impostos, Taxas e Contribuições

Impostos, taxas e contribuições	%2019	%2020	Impostos, taxas e contribuições	%2020	%2021
Média	0,251	0,267	Média	0,267	0,245
Variância	0,017	0,019	Variância	0,019	0,018
Observações	58	58	Observações	58	58
Hipótese da diferença de média	0		Hipótese da diferença de média	0	
gl	113		gl	114	
Stat t	-0,679		Stat t	0,894	
P(T<=t) uni-caudal	0,249		P(T<=t) uni-caudal	0,186	
t crítico uni-caudal	1,658		t crítico uni-caudal	1,658	
P(T<=t) bi-caudal	0,498		P(T<=t) bi-caudal	0,373	
t crítico bi-caudal	1,981		t crítico bi-caudal	1,981	

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os dados mostrados na Tabela 7, observou-se um aumento na média da distribuição de valor adicionado de 2019 para 2020, seguido da redução de 2020 para 2021. A variância dos dados apresentou o mesmo comportamento da média, aumentando de 2019 para 2020, com posterior redução a partir de 2021. De modo geral, verificou-se a redução da média em todo o período, mas um leve aumento da variância de 2019 para 2021. Os resultados da estatística t permaneceram dentro do intervalo de confiança para o valor t crítico bicaudal em ambas as comparações, 2019-2020 e 2020-2021, sendo de -0,679 e 0,894, respectivamente. Quanto ao *p-value* obtido nos dois testes para a categoria de Impostos, Taxas e Contribuições, os valores ficaram acima do nível de significância estabelecido em  $\alpha = 0,05$ . Estes dados mostram que não houve diferença estatisticamente significativa entre as médias observadas na comparação entre os anos de 2019 e 2020, bem como entre 2020 e 2021. Portanto, pode-se inferir a partir da amostra pesquisada que a participação da riqueza gerada pelas empresas e destinada aos governos nos níveis Federal, Estadual e Municipal não sofreu aumento ou redução significativos.

Diante dos resultados observados para a distribuição de riqueza aos governos na forma de tributos, verifica-se na literatura que, mesmo no período adverso observado de 2019 a 2021, após um breve declínio em 2020, a recuperação da arrecadação fiscal se deu especialmente

sobre as contribuições que afetam as empresas analisadas neste estudo. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) impulsionaram a recuperação no âmbito federal, enquanto o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) foram responsáveis por tal fato nos níveis estadual e municipal, respectivamente.

Desse modo, é importante observar que, durante o período abrangido por este estudo, de modo geral, a arrecadação dos governos federal, estadual e municipal sofreu impactos ocasionados pelas variações na atividade econômica decorrentes da crise sanitária. Em 2020, a arrecadação do governo federal sofreu uma queda de 6,91% em comparação a 2019, sendo a queda de arrecadação de IPI, PIS/COFINS, compensações tributárias sobre a CSLL e o adiamento de pagamento de impostos nos primeiros meses do ano os principais fatores para a retração (Máximo, 2021). No entanto, ao final de 2021, esse cenário foi revertido e a arrecadação federal voltou a crescer significativamente, tendo como base principalmente o maior volume pago em IRPJ e CSLL, além do aumento de IOF causado pelo aumento da alíquota para subsidiar o pagamento do Auxílio Emergencial (Atlântico, 2022). Quanto aos estados e municípios, para o mesmo período, houve aumento da arrecadação de ICMS e ISS, os dois principais impostos arrecadados por esses entes federativos, respectivamente, combinados com outras medidas como o congelamento de despesas com pessoal (Peres; dos Santos, 2022, 2023).

Os impostos arrecadados sobre as atividades das empresas representaram, portanto, um papel importante na recuperação fiscal dos governos Federal, Estaduais e Municipais. Conforme a Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Dezembro 2021 (Receita Federal, 2021), a arrecadação federal naquele ano foi 10,76% superior ao ano anterior, já descontada a inflação do período. O relatório cita o recolhimento extraordinário atípico de IRPJ/CSLL, incidentes sobre o lucro líquido das empresas, da ordem de R\$40 bilhões, com crescimento real de 31,10% comparado ao ano anterior. O aumento de arrecadação também foi registrado sobre a COFINS e o PIS, tributos incidentes sobre o faturamento e sobre a folha de pagamento das empresas, com crescimento real de 16,4% sobre o registrado em 2020.

Os efeitos fiscais observados pela arrecadação do Estado são um dos indicadores que mostram a variação ocorrida na economia do país durante o período deste estudo, que compreende a crise sanitária e as medidas adotadas para reduzir seus efeitos. O setor mais afetado por essa crise foi o setor de serviços, com redução de 3,7% em 2020, recuando mais que a agropecuária e a indústria, além da redução do consumo das famílias e do governo em

4,5% e 3,7%, respectivamente (Gomes, 2022). No entanto, ainda conforme Gomes (2022), o impacto da crise foi diferente para os diversos segmentos do setor de serviços, sendo os mais afetados os de alimentação (-27,0%), serviços de alojamento (-27,0%), atividades artísticas (-25,5%) e serviços domésticos (-23,3%), com dados obtidos do Sistema de Contas Nacionais. Por outro lado, outros segmentos, como o comércio, sofreram menos com a redução da atividade econômica, apresentando recuo menor em 2020. A heterogeneidade do impacto da crise sanitária sobre o setor de serviços também é demonstrada no estudo realizado por Assunção, Ribeiro e de Moura (2022). Os autores avaliaram cinco variáveis relativas às segmentações no setor de serviços para o período entre março de 2012 e dezembro de 2021, concluindo que as subdivisões do setor de serviços foram impactadas de modo diferente pela pandemia de Covid-19, além de apresentarem recuperação em ritmos também diferentes.

Nesse sentido, os efeitos observados sobre a recuperação das atividades econômicas impactam diretamente o pagamento de impostos pelas empresas e, conseqüentemente, a arrecadação dos governos. O presente estudo não identificou mudanças significativas no pagamento de tributos pelas empresas durante o período analisado, mas, conforme demonstrado pela discussão e pela literatura apresentada, também a arrecadação de tributos sofreu com a crise sanitária ocorrida no período. Sendo assim, é importante destacar como os diversos setores da economia são afetados por crises e como se recuperam de seus efeitos, como apontado por Assunção, Ribeiro e de Moura (2022).

#### 4.2.3 Interpretação do Teste-t para a categoria remuneração de capitais de terceiros

A distribuição de valor adicionado para a categoria Remuneração de Capitais de Terceiros relaciona-se ao pagamento de juros decorrentes de empréstimos e financiamento, aluguéis e outras formas de distribuição de riqueza aos financiadores externos de capital de uma empresa. Para essa categoria, a realização do Teste-t seguiu os parâmetros mencionados nas categorias já analisadas anteriormente, comparando as médias de distribuição de valor adicionado anuais com o período seguinte. Foram comparadas as médias entre o ano de 2019 e 2020 e entre 2020 e 2021, conforme resultados apresentados na tabela 8 a seguir:

Tabela 8 – Teste-t duas amostras para a categoria Remuneração de Capitais de Terceiros

Capitais de Terceiros	%2019	%2020	Capitais de Terceiros	%2020	%2021
Média	0,186	0,186	Média	0,186	0,177
Variância	0,021	0,021	Variância	0,021	0,015
Observações	58	58	Observações	58	58
Hipótese da diferença de média	0		Hipótese da diferença de média	0	
gl	114		gl	111	
Stat t	0,017		Stat t	0,347	
P(T<=t) uni-caudal	0,493		P(T<=t) uni-caudal	0,365	
t crítico uni-caudal	1,658		t crítico uni-caudal	1,659	
P(T<=t) bi-caudal	0,986		P(T<=t) bi-caudal	0,729	
t crítico bi-caudal	1,981		t crítico bi-caudal	1,982	

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados na Tabela 8 mostram um aumento na média da distribuição de valor adicionado de 2019 para 2020 e a manutenção desse valor de 2020 para 2021. A variância dos dados seguiu o mesmo comportamento da média, com crescimento de 2019 para 2020 e mantendo-se no nível até 2021. No período como um todo, observou-se um ligeiro aumento da média na distribuição de valor adicionado aos financiadores externos, assim como um crescimento da variância neste período.

Quanto aos resultados da estatística t, observa-se que permaneceram dentro do intervalo de confiança para o valor t crítico bicaudal em ambas as comparações, 2019-2020 e 2020-2021, sendo de 0,017 e 0,347, respectivamente. O *p-value* obtido nos dois testes para a categoria de remuneração de capitais de terceiros ficou acima do nível de significância estabelecido em  $\alpha = 0,05$ . Os resultados mostram que não houve diferença estatisticamente significativa entre as médias observadas na comparação entre os anos de 2019 e 2020, bem como entre 2020 e 2021. Portanto, pode-se inferir a partir da amostra pesquisada que a participação da riqueza gerada pelas empresas e destinada aos financiadores externos não sofreu variação significativa no período analisado.

Diante desses resultados, cumpre evidenciar que a participação do capital de terceiros nas companhias de capital aberto é uma fonte importante nas operações das empresas, muitas vezes usada para financiar sua expansão. A composição entre o capital próprio e o capital de terceiros em uma empresa compõe sua estrutura de capital e deve ser avaliada levando em conta os custos de capital dessa formação, uma vez que tanto acionistas e sócios quanto os financiadores externos são remunerados pelo investimento realizado na companhia (Megliorini; Vallim, 2018).

Segundo Megliorini e Vallim (2018), o custo de capital de terceiros, em geral, costuma ser mais barato que o capital próprio, visto que sócios e acionistas assumem um maior risco e têm remuneração residual, enquanto o capital de terceiros tem remuneração contratual. Dessa forma, a participação do capital de terceiros, quando bem gerida, pode trazer vantagens para os financiadores e para a própria empresa, bem como pode ocorrer o oposto, quando as decisões de investimento não são bem administradas. A análise da estrutura de capital também é um indicativo do grau de alavancagem financeira das empresas, ou seja, a proporção entre as dívidas adquiridas em relação aos ativos totais.

Ao analisar as estratégias de alavancagem financeira das empresas componentes do Índice Bovespa entre 2019 e 2020, Machado e Freitas (2023) buscaram identificar alterações significativas nos níveis de endividamento e nos índices de desempenho dessas empresas. Os resultados mostraram que as empresas que optaram por reduzir seus níveis de endividamento e alavancagem apresentaram melhor desempenho em comparação com aquelas que seguiram a estratégia oposta, ou seja, aumentaram os níveis de endividamento e alavancagem. As autoras também concluíram que as empresas que mantiveram o endividamento na faixa de 26% a 35% e o grau médio de alavancagem próximo a 2 obtiveram melhores retornos sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido.

Desse modo, durante o período abrangido por este estudo, as empresas brasileiras, em geral, experimentaram um crescimento nos seus níveis de endividamento, atingindo um recorde no ano de 2021 de 57,9%, segundo um estudo da Serasa Experian (2022). Ainda de acordo com o estudo, vários fatores contribuíram para esse aumento, como a maior disponibilidade de linhas de crédito, a redução na taxa básica de juros no período e a abertura de linhas de crédito subsidiadas, além das maiores altas registradas nos setores de comércio e serviços. Como discutido anteriormente na seção 4.2.2, o setor de serviços foi o mais impactado pela crise do período, o que pode explicar, pelo menos em parte, o aumento do endividamento observado.

Outro estudo, realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) em 2023, analisou 230 empresas de capital aberto, tanto industriais quanto não industriais, entre 2019 e 2021. O estudo constatou um aumento de 26% no endividamento das empresas não financeiras durante esse período. No entanto, ainda segundo o estudo, apesar desse aumento, as empresas não apresentaram uma piora na situação patrimonial devido a condições como a baixa taxa de juros do período, as linhas de crédito subsidiadas, o pagamento do Auxílio Emergencial e o favorecimento da produção doméstica devido às dificuldades na logística internacional como os principais fatores que possibilitaram uma melhora na liquidez

das empresas. Como consequência, apesar da piora do endividamento em 2020, no ano seguinte, os níveis de indicadores como despesa financeira/receita operacional retornaram ao nível de 2019, enquanto o EBITDA/despesa financeira e a margem líquida de lucro mais que dobraram entre 2019 e 2021.

Dias *et al.* (2024) realizaram um estudo sobre o endividamento das empresas brasileiras listadas na B3, abrangendo o período de 2018 a 2021, com o objetivo de comparar o estado econômico dessas empresas. Os autores analisaram variáveis relacionadas à liquidez corrente, endividamento geral e composição do endividamento, comparando os resultados antes e após a pandemia. Os resultados do estudo mostraram que o endividamento geral das empresas foi significativamente maior no período pós-pandemia, mas não observaram diferenças estatisticamente significativas quanto à liquidez corrente e à composição do endividamento das companhias analisadas. Concluíram que o aumento do endividamento geral representa um maior risco para os negócios das empresas.

Sendo assim, verifica-se na literatura uma concordância quanto ao aumento do endividamento das empresas no período entre 2019 e 2021, relacionado à alteração da estrutura de capital das empresas para enfrentarem as dificuldades advindas do processo de adaptação às mudanças trazidas pela crise sanitária e das medidas necessárias para contorná-la. Essa tendência é evidenciada no estudo da Serasa Experian (2022) e discutida em IEDI (2023) e no estudo de Dias *et al.* (2024). O estudo de Machado e Freitas (2023) destaca um ponto importante sobre a decisão estratégica das companhias relacionada às mudanças na estrutura de capital em períodos de crise, por meio da maior alavancagem e endividamento. Eles mostram que empresas que conseguem manter um maior controle sobre o crescimento das dívidas tendem a obter melhores resultados e, conseqüentemente, maiores retornos sobre os investimentos.

Desse modo, apesar de os testes realizados neste estudo não demonstrarem ter havido diferença estatisticamente significante no nível de remuneração de capitais de terceiros para o período analisado, é necessário observar que, de modo geral, como discutido pelos estudos trazidos nesta seção, as empresas tendem a aumentar seu nível de endividamento e, conseqüentemente, sua exposição ao risco em períodos de crise. Sobretudo nestes períodos, o aumento do endividamento pode estar relacionado a maiores investimentos em equipamentos, tecnologias e outros ativos que possam aumentar a capacidade da empresa de gerar resultados frente ao cenário desafiador.

Salienta-se também que, além das medidas adotadas pelas empresas, os governos tendem a agir para mitigar e reduzir o efeito das crises sobre a economia, como foi verificado

no período da pandemia quando medidas para facilitar o acesso ao crédito e postergar pagamento de impostos foram adotadas, assim como medidas que, de certo modo, propiciaram a recuperação de receitas das empresas por meio do consumo das famílias ocasionado pelo incremento do Auxílio Emergencial.

#### 4.2.4 Interpretação do Teste-t para a categoria de remuneração de capitais próprios

A remuneração de capitais próprios relaciona-se à riqueza distribuída aos sócios e acionistas das empresas e corresponde ao resultado líquido do exercício (CFC, 2023). Os valores podem ser pagos na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, incluindo apenas os valores referentes ao exercício atual. O Teste-t seguiu os mesmos parâmetros usados para as outras categorias, comparando as médias entre os anos de 2019 e 2020 e entre 2020 e 2021. Os resultados são exibidos na tabela 9 e discutidos a seguir:

Tabela 9 – Teste-t duas amostras para a categoria Remuneração de Capitais Próprios

Capitais Próprios	%2019	%2020	Capitais Próprios	%2020	%2021
Média	0,242	0,217	Média	0,217	0,258
Variância	0,031	0,041	Variância	0,041	0,037
Observações	58	58	Observações	58	58
Hipótese da diferença de média	0		Hipótese da diferença de média	0	
gl	112		gl	114	
Stat t	0,708		Stat t	-1,106	
P(T<=t) uni-caudal	0,240		P(T<=t) uni-caudal	0,135	
t crítico uni-caudal	1,659		t crítico uni-caudal	1,658	
P(T<=t) bi-caudal	0,480		P(T<=t) bi-caudal	0,271	
t crítico bi-caudal	1,981		t crítico bi-caudal	1,981	

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da tabela 9 mostra que a média da remuneração de capitais próprios sofreu uma redução de 2019 para 2020, com posterior aumento entre 2020 e 2021. A variância dos dados, no entanto, passou por aumento no primeiro período analisado, seguido de redução entre 2020 e 2021. No período como um todo, observou-se um aumento da média na distribuição de valor adicionado aos sócios e acionistas, bem como um crescimento discreto da variância entre 2019 e 2021. Para os resultados da estatística t, verificou-se que eles permaneceram dentro do intervalo de confiança para o valor t crítico bicaudal em ambas as comparações, 2019-2020 e 2020-2021, sendo de 0,708 e -1,106, respectivamente. O *p-value* obtido nos dois testes para a

categoria de remuneração de capitais próprios ficou acima do nível de significância estabelecido em  $\alpha = 0,05$ . Os resultados evidenciam que não houve diferença estatisticamente significativa entre as médias observadas na comparação entre os anos de 2019 e 2020, assim como entre 2020 e 2021. Portanto, pode-se inferir a partir da amostra pesquisada que a participação da riqueza gerada pelas empresas e destinada aos sócios e acionistas não sofreu variação significativa no período analisado.

As companhias de capital aberto, com ações negociadas em bolsa de valores, estão sujeitas às flutuações e variações do mercado de ações, e o desempenho dos papéis negociados depende da capacidade da empresa de gerar os retornos esperados pelos acionistas. Nesse sentido, em estudo sobre a distribuição de riqueza por meio da DVA, Batista (2018) analisou 221 empresas de capital aberto entre os anos de 2008 e 2016. Em relação à parcela de riqueza destinada ao capital próprio, o autor chegou a alguns resultados: um declínio na participação do capital próprio em todo o período, ficando em último lugar comparado às demais categorias da DVA; contraste quase espelhado entre a participação do capital próprio e do capital de terceiros, dado o contexto econômico do período analisado que impulsionou o endividamento das empresas; correlação negativa entre a participação dos empregados e o capital próprio, e deste com o capital de terceiros, o que seria explicado pelo fato de que a remuneração de sócios e acionistas somente ocorre após cumpridas as demais obrigações das empresas.

O comportamento da distribuição de riqueza ao capital próprio, observado por Batista (2018), contrasta com o que foi observado neste estudo, uma vez que não se verificaram mudanças significativas na participação dessa categoria na riqueza gerada pelas empresas analisadas. A remuneração do capital próprio ficou em terceiro lugar, comparada com as outras categorias na distribuição de riqueza, sendo somente maior que a participação do capital de terceiros, como mostrado no Gráfico 6. É importante notar que o custo do capital próprio é tido como mais elevado, uma vez que sócios e acionistas assumem maior risco e o retorno esperado possui caráter residual, ou seja, os lucros são distribuídos apenas após o cumprimento das demais obrigações das empresas (Megliorini; Vallim, 2018).

É necessário notar que a distribuição de riqueza ao capital próprio pode variar conforme a natureza do negócio e o segmento de atuação das empresas analisadas, como trabalhado por Batista (2018), que apurou setores mais sensíveis, negativa e positivamente, na participação do capital próprio na DVA. Neste trabalho, porém, optou-se por fazer a análise de um conjunto de empresas que representam atividades do setor de serviços como um todo, por meio daquelas que compõem o ICON B3, e não por segmento ou subsetores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divulgação de informações relevantes sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas é um mecanismo que subsidia de maneira eficaz as decisões corporativas bem como o relacionamento com seus agentes econômicos. Dentro desse contexto, a publicização das informações da DVA contribui para que a sociedade como um todo mensure a geração de riqueza das empresas para o desenvolvimento econômico e social do país.

Este estudo teve como objetivo analisar o comportamento da distribuição de riqueza das Sociedades Anônimas que compõem o Índice de Consumo (ICON B3) da bolsa de valores no Brasil., através da DVA nos anos de 2019 a 2021, compreendidos entre a pandemia de COVID-19. Considera-se que seu objetivo foi atingido uma vez que foi demonstrado, através dos dados analisados e da discussão feita sobre os resultados, como se deu a distribuição de riqueza pelas companhias de capital aberto no Brasil nos anos de 2019 a 2021. Além disso, analisou-se também o comportamento da distribuição de riqueza para as categorias dos agentes econômicos que compõem a DVA.

Os resultados mostraram não haver diferença estatisticamente significativa na distribuição de riqueza observada na comparação anual para cada categoria da DVA. Esses dados sugerem que, apesar do contexto desafiador causado pela crise sanitária, onde se observou um impacto negativo em indicadores socioeconômicos como o PIB e o nível de desocupação da força de trabalho brasileira, as companhias de capital aberto não alteraram significativamente suas abordagens de distribuição de riqueza durante o período analisado.

Interessante observar que os resultados obtidos nos estudos de Batista (2018) indicaram alterações nos padrões de distribuição de riqueza para os agentes da DVA, sobretudo no período da crise econômica de 2015. No entanto, ressalta-se que não se pode fazer comparações deste estudo com o de Batista (2018), por se tratar, o presente estudo, de apenas um segmento de empresas.

Esta pesquisa contribui para aprofundar as discussões sobre a representatividade do setor de serviços para a economia brasileira, assim como coopera nas discussões sobre o papel da DVA como instrumento importante para compreensão dos possíveis benefícios econômico-financeiros gerados pelas empresas. Para tanto, este estudo considerou analisar as empresas do setor de serviços, dada a sua participação expressiva na economia, conforme discutido na seção 2.3. Utilizou-se o ICON B3 para representar as empresas ligadas ao consumo intermediário e final, considerando todo o índice de consumo como amostra representativa do setor de serviços

e comércio. No entanto, a heterogeneidade do setor de serviços, composto por vários segmentos, constitui uma limitação desta pesquisa, uma vez que as empresas da amostra não foram segmentadas conforme seu ramo de atividade específico dentro do setor de serviços.

Este estudo contribui também para o debate acerca do papel das empresas como agentes de geração e distribuição de renda, especialmente no que tange aos trabalhadores. Apesar da distribuição de riqueza aos empregados não ter sofrido alterações significativas, em períodos de maiores crises econômicas, estes são atingidos pelo aumento do desemprego e por outras medidas que fragilizam os vínculos empregatícios. Estudos posteriores podem considerar essa segmentação, traçando outro panorama de análise a partir da comparação entre esses segmentos, além da comparação temporal, como realizada neste estudo.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Ocupação no setor de serviços cresce 7,8% e chega ao recorde de 13,4 milhões.** [s. l.], 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37753-ocupacao-no-setor-de-servicos-cresce-7-8-e-chega-ao-recorde-de-13-4-milhoes>. Acesso em: 5 jun. 2024.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua Trimestral: em 2023, taxa anual de desocupação cai em 26 UFs.** [s. l.], 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39206-pnad-continua-trimestral-em-2023-taxa-anual-de-desocupacao-cai-em-26-ufs>. Acesso em: 13 maio 2024.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Revisão do PIB de 2016 mostra queda de 3,3% em relação ao ano anterior.** [s. l.], 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22966-revisao-do-pib-de-2016-mostra-queda-de-3-3-em-relacao-ao-ano-anterior>. Acesso em: 7 maio 2024.

ASSUNÇÃO, Laudenor Moraes Correia de Melo; RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana; DE MOURA, Fábio Rodrigues. Efeitos da pandemia covid-19 sobre o setor de serviços do Brasil: uma análise a partir do modelo varx. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS*, 20. 2022, Salvador. **Artigos**. Salvador: Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2022. Disponível em: [https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/8491/2\\_EFEITOS-DA-PANDEMIA-COVID-19-SOBRE-O-SETOR-DE-SERVI%C3%87OS-DO-BRASIL.pdf](https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/8491/2_EFEITOS-DA-PANDEMIA-COVID-19-SOBRE-O-SETOR-DE-SERVI%C3%87OS-DO-BRASIL.pdf)

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Pearson, 2005. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 03 maio 2024.

ATLÂNTICO. **Arrecadação tem aumento real durante a pandemia.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://atlantico.org.br/arrecadacao-tem-aumento-real-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 9 maio 2024.

B3. **Índice de Consumo (ICON B3).** [s. l.], 2023. Disponível em: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/indice-de-consumo-icon-b3.htm](https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/indice-de-consumo-icon-b3.htm). Acesso em: 24 out. 2023.

BATISTA, Alexandre Teixeira Norberto. **Dimensões Latentes da Distribuição Da Riqueza: Uma Análise a Partir da Demonstração do Valor Adicionado**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/teste/wp-content/uploads/sites/29/2023/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Alexandre-Teixeira.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

BAZZI, Samir. **Análise das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm). Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 17 dez. 1976. p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm). Acesso em: 16 out. 2022.

CASTANHEIRA, Nelson Pereira. **Estatística aplicada a todos os níveis**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 8 jun. 2024.

CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados: comparação entre empresas estatais e privadas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 4, p. 199–218, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-65552007000400010>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado**. Brasília, DF: [s. n.], 2023. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s. l.], v. 14, n. spe, p. 07–29, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1519-70772003000400001>.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração contábil do valor adicionado - DVA**: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.12.2002.tde-04072006-110008>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s. l.], v. 16, n. 37, p. 7–23, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1519-70772005000100001>.

Da COVID-19 a 2023: Rentabilidade e endividamento das empresas brasileiras. **Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial: IEDI**, [s. l.], 2023. Disponível em: [https://iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_1223.html](https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1223.html). Acesso em: 9 maio 2024.

DE PIERI, Renan Gomes. **Pandemia e a queda do poder aquisitivo dos brasileiros**. [s. l.], 2021. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/pandemia-e-queda-poder-aquisitivo-brasileiros>. Acesso em: 4 maio 2024.

DE SOUZA, Kênia Barreiro; BASTOS, Suzana Quinet de Andrade; PEROBELLI, Fernando Salgueiro. As Múltiplas Tendências de Terciarização: uma análise insumo produto da expansão do setor de serviços. **Anais do 39º Encontro Nacional de Economia**, Foz do

Iguaçu, 2011. Disponível em:

<https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-4299d947282ff216d95d4fef779b72a0.pdf>.

DIAS, Marly Sandra Machado *et al.* Endividamento: um estudo do pré e pós da crise empresarial brasileira na pandemia do COVID-19. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 787–803, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7769/gesec.v15i1.3218>.

DOMINGUES, Edson Paulo *et al.* Organização territorial dos serviços no Brasil: polarização com frágil dispersão. In: DE NEGRI, João Alberto; KUBOTA, Luis Cláudio (org.).

**Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil**. [s. l.]: IPEA, 2006. p. 193–230.

Disponível em:

[https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo\\_6\\_inovacao.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo_6_inovacao.pdf).

FERREIRA, Vanessa Rocha; AGUILERA, Raissa Maria Fernandez Nascimento. OS IMPACTOS DO TELETRABALHO NA SAÚDE DO TRABALHADOR E O DIREITO À DESCONEXÃO LABORAL. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 24, 2021. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.26668/indexlawjournals/2525-9857/2021.v7i1.7564>.

FREIRE, Carlos Torres. ESTRUTURA E DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL. In: DE NEGRI, João Alberto; KUBOTA, Luis Cláudio (org.).

**Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil**. [s. l.]: IPEA, 2006. p. 107–132. Disponível em:

[https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo\\_4\\_kibs.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo_4_kibs.pdf).

G1. **Em um ano de pandemia, 377 brasileiros perderam o emprego por hora**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/24/em-um-ano-de-pandemia-377-brasileiros-perderam-o-emprego-por-hora.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2023.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 maio 2024.

GOMES, Irene. **Com serviços afetados pela pandemia, PIB de 2020 cai 3,3%**. 2022.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35349-com-servicos-afetados-pela-pandemia-pib-de-2020-cai-3-3>. Acesso em: 9 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Brasil em Síntese - serviços**. [s. l.], 2023. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/servicos.html>.

Acesso em: 15 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Painel de Indicadores**. [s. l.], 2024. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/indicadores.html?view=default>. Acesso em: 8 maio 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Da Covid-19 a 2023: rentabilidade e endividamento das empresas brasileiras. **Cartas IEDI**, [s.

l.], v. 1223, 2023. Disponível em: [https://iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_1223.html](https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1223.html). Acesso em: 9 maio 2024.

IPEADATA. [s. l.], 2024. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 12 maio 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LARSON, Roland Edwin; FARBER, Betsy. **Estatística aplicada**. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 07 maio 2024.

LERNER, Arthur Frederico; FLACH, Leonardo. Estrutura de Capital Como Determinante das Oportunidades de Crescimento nas Companhias Listadas na B3. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 16–28, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18696/reunir.v12i4.1492>.

LÚCIO, Clemente Ganz. Desafios para o crescimento e o emprego. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 29, n. 85, p. 21–33, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142015008500003>.

MACHADO, Kascilene Gonçalves; FREITAS, Thays Rodrigues. Impacto Da Alavancagem Financeira No Desempenho Das Empresas Brasileiras Durante A Pandemia Da Covid-19. **Revista Linceu On-Line**, [s. l.], v. 13, n. 1, 2023. Disponível em: [https://liceu.fecap.br/LICEU\\_ON-LINE/article/view/1918](https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1918). Acesso em: 9 maio 2024.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2009.

MÁXIMO, Wellton. **Arrecadação federal cai 6,91% em 2020**. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/arrecadacao-federal-cai-691-em-2020>. Acesso em: 9 maio 2024.

MAZZIONI, Sady *et al.* Influência das características organizacionais na forma de distribuição da riqueza gerada. **Enfoque Reflexão Contábil**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 21–40, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v39i1.43129>.

MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. **Administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 maio 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. [s. l.], 2024. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MORENO, José Carlos *et al.* Análise da Geração e Distribuição da Riqueza através da Demonstração de Valor Adicionado no Setor de Construção do Brasil. **Redeca**, [s. l.], v. 6, n.

1, p. 178–199, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2446-9513.2019v6i1p178-199>.

MOURA, Ismael de Araújo; PEREIRA, Mércia de Lima; BEZERRA, Elenildo Santos. Relação entre os valores de benefícios concedidos a colaboradores e desempenhos financeiros: uma análise com foco na DVA de empresas do IBRX-100. **Revista ENIAC Pesquisa**, v. 9, n. 1, p. 54–70, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22567/rep.v9i1.583>.

NASCIUTTI, Jacyara Rochael. Pandemia e perspectivas no mundo do trabalho. **Caderno de Administração**, [s. l.], v. 28, p. 82–88, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53609>.

NICHELE, Juliana; STEFANO, Silvio Roberto; RAIFUR, Léo. Análise da remuneração estratégica para atrair e reter colaboradores: a visão dos pós-graduandos. **Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe)** ISSN 2237-1427, v. 5, n. 2, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20503/recape.v5i2.24911>.

NUNES, Victor Malta; MIRANDA, Gilberto José. Geração e Distribuição do Valor Adicionado em 2013: Análise das Companhias Listadas no IBRX-100. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 1, p. 18–32, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20160102>.

PERES, Ursula; DOS SANTOS, Fábio Pereira. BOLETIM 38. **Rede de Políticas Públicas e Sociedade**, 2022. Disponível em: <https://rededesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2022/02/boletimpps-38-28fev2022.pdf>.

PERES, Ursula; DOS SANTOS, Fábio Pereira. **Panorama das finanças municipais: análise das capitais e municípios com mais de 50 mil habitantes - 2018/2022**. Centro de Estudos da Metrópole, 2023. DOI 10.55881/cem.doc.nte021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.55881/cem.doc.nte021>.

POCHMANN, Marcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 29, n. 85, p. 7–19, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142015008500002>.

PODER 360. **Ocupação no setor de serviços cresce 7,8% e chega a 13,4 milhões**. [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/ocupacao-no-setor-de-servicos-cresce-78-e-chega-a-134-milhoes/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

RECEITA FEDERAL. **Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Dezembro de 2021**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao-federal/2021/analise-mensal-dez-2021.pdf/view>.

SABOIA, João *et al.* Mercado de trabalho, salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 25, n. 2, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272521>.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração contábil do valor adicionado - DVA**: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas. 1999. Tese

(Livre Docência em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/t.12.1999.tde-17102023-153507>.

SCHERER, Luciano Marcio. **Valor adicionado**: análise empírica de sua relevância para as companhias abertas que publicam a demonstração do valor adicionado. 2006. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.12.2006.tde-31012007-174441. Acesso em: 15 nov. 2023.

SERASA EXPERIAN. **Endividamento atinge patamar recorde nas empresas brasileiras em 2021, aponta estudo inédito da Serasa Experian**. [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/analise-de-dados/endividamento-atinge-patamar-recorde-nas-empresas-brasileiras-em-2021-aponta-estudo-inedito-da-serasa-experian/>. Acesso em: 15 maio 2024.

SILVA, Alexandre Messa; DE NEGRI, João Alberto; KUBOTA, Luis Claudio. ESTRUTURA E DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL. In: DE NEGRI, João Alberto; KUBOTA, Luis Cláudio (org.). **Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil**. [s. l.]: IPEA, 2006. p. 15–34. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo\\_1\\_estrutura.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo_1_estrutura.pdf).

SILVA, Camila Monaro; FILHO, Naercio Menezes; KOMATSU, Bruno. Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira. **Centro de Políticas Públicas – Insper**, [s. l.], n. 19, 2016. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Abordagem-sobre-Setor-Servicos-Economia-Brasileira.pdf>.

TAVARES, Maria da Conceição. **Roda Viva | Maria da Conceição Tavares | 1995**. [s. l.], 1995. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xKXT\\_gfBbIA](https://www.youtube.com/watch?v=xKXT_gfBbIA). Acesso em: 17 jun. 2024.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZAMBERLAN, Luciano *et al.* Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas. Ijuí, RS: Unijuí, 2019.

**APÊNDICE A – Modelo I - Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral**

DESCRIÇÃO	Em milhares de Reais 20X1	Em milhares de Reais 20X0
<b>1. RECEITAS</b>		
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2. Outras receitas		
1.3. Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Reversão/(Constituição)		
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos. ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>		
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3. Perda/Recuperação de valores ativos		
2.4. Outras (especificar)		
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		
<b>4. DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
6.1. Resultado de equivalência patrimonial		
6.2. Receitas financeiras		
6.3. Outras		
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
8.1. Pessoal		
8.1.1. Remuneração direta		
8.1.2. Benefícios		
8.1.3. FGTS		
8.2. Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1. Federais		
8.2.2. Estaduais		
8.2.3. Municipais		
8.3. Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1. Juros		
8.3.2. Aluguéis		
8.3.3. Outras		
8.4. Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1. Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2. Dividendos		
8.4.3. Lucros retidos/Prejuízo do exercício		
8.4.4. Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: Adaptado da NBC TG 09 (CFC, 2023)

**APÊNDICE B** – Subsetores das empresas componentes do ICON B3 que compuseram a amostra deste estudo

<b>Setor</b>	<b>Código</b>	<b>Ação</b>
Cons N Básico / Alimentos Processados	BRFS3	BRF SA
Cons N Básico / Alimentos Processados	MDIA3	M.DIASBRANCO
Cons N Básico / Alimentos Processados	BEEF3	MINERVA
Cons N Básico / Alimentos Processados	CAML3	CAMIL
Cons N Básico / Alimentos Processados	JBSS3	JBS
Cons N Básico / Alimentos Processados	MRFG3	MARFRIG
Cons N Básico / Alimentos Processados	SMT03	SAO MARTINHO
Cons N Cíclico / Bebidas	ABEV3	AMBEV S/A
Cons N Cíclico / Comércio Distr.	PCAR3	P.ACUCAR-CBD
Cons N Cíclico / Comércio Distr.	GMAT3	GRUPO MATEUS
Cons N Cíclico / Comércio Distr.	CRFB3	CARREFOUR BR
Cons N Cíclico / Comércio Distr.	ASAI3	ASSAI
Cons N Cíclico / Pr Pessoal Limp	NTCO3	GRUPO NATURA
Cons N Cíclico/Agropecuária	RAIZ4	RAIZEN
Cons N Cíclico/Agropecuária	AGRO3	BRASILAGRO
Cons N Cíclico/Agropecuária	SLCE3	SLC AGRICOLA
Cons N Cíclico/Agropecuária	TTEN3	3TENTOS
Consumo Cíclico / Comércio	MGLU3	MAGAZ LUIZA
Consumo Cíclico / Comércio	LJQQ3	QUERO-QUERO
Consumo Cíclico / Comércio	ESPA3	ESPA COLASER
Consumo Cíclico / Comércio	CEAB3	CEA MODAS
Consumo Cíclico / Comércio	LREN3	LOJAS RENNER
Consumo Cíclico / Comércio	GUAR3	GUARARAPES
Consumo Cíclico / Comércio	SOMA3	GRUPO SOMA
Consumo Cíclico / Comércio	SBFG3	GRUPO SBF
Consumo Cíclico / Comércio	ARZZ3	AREZZO CO
Consumo Cíclico / Tecid Vest Calç	VULC3	VULCABRAS
Consumo Cíclico / Tecid Vest Calç	VIVA3	VIVARA S.A.
Consumo Cíclico / Tecid Vest Calç	GRND3	GRENDENE
Consumo Cíclico/Autos e Motos	LEVE3	METAL LEVE
Consumo Cíclico/Constr Civil	GFA3	GAFISA
Consumo Cíclico/Constr Civil	DIRR3	DIRECIONAL
Consumo Cíclico/Constr Civil	MRVE3	MRV
Consumo Cíclico/Constr Civil	PLPL3	PLANOEPLANO
Consumo Cíclico/Constr Civil	EVEN3	EVEN
Consumo Cíclico/Constr Civil	TRIS3	TRISUL
Consumo Cíclico/Constr Civil	CYRE3	CYRELA REALT
Consumo Cíclico/Constr Civil	CURY3	CURY S/A
Consumo Cíclico/Constr Civil	JHSF3	JHSF PART
Consumo Cíclico/Constr Civil	EZTC3	EZTEC

Consumo Cíclico/Constr Civil	LAVV3	LAVVI
Diversos	ANIM3	ANIMA
Diversos	YDUQ3	YDUQS PART
Diversos	SEER3	SER EDUCA
Diversos	MOVI3	MOVIDA
Diversos	VAMO3	VAMOS
Diversos	RENT3	LOCALIZA
Saúde/Comércio Distr.	PGMN3	PAGUE MENOS
Saúde/Comércio Distr.	PNVL3	DIMED
Saúde/Comércio Distr.	RADL3	RAIADROGASIL
Saúde/Comércio Distr.	BLAU3	BLAU
Saúde/SM Hosp An.Diag	DASA3	DASA
Saúde/SM Hosp An.Diag	AALR3	ALLIAR
Saúde/SM Hosp An.Diag	RDOR3	REDE D OR
Saúde/SM Hosp An.Diag	HAPV3	HAPVIDA
Saúde/SM Hosp An.Diag	FLRY3	FLEURY
Saúde/SM Hosp An.Diag	QUAL3	QUALICORP
Saúde/SM Hosp An.Diag	ODPV3	ODONTOPREV

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ICON B3 (B3, 2023).